

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Introdução ao estudo da Amazônia Brasileira

OSÓRIO NUNES

(Da Associação Brasileira de Municípios)

I

Refletindo o interesse nacional e internacional que o vale do rio Amazonas vem despertando depois da promulgação da Constituição de 18 de setembro de 1946, a qual destinou porcentagem das rendas tributárias nacionais à valorização da área brasileira, a Revista do Serviço Público já teve oportunidade de apresentar vários trabalhos parciais, versando aspectos do importante problema. Neste número, abrimos espaço para um ensaio de conjunto, cuidadosamente levado a efeito pelo conhecido escritor Osório Nunes, secretário da Associação Brasileira de Municípios (A. B. M.) e que, numa iniciação ao conhecimento da Amazônia de hoje, tal como se apresenta ao economista e ao administrador, procurou focalizar os diversos ângulos da região em harmonia com os propósitos de aproveitamento visados na Carta Magna. (N.R.)

Sumário: 1 — Valorização da Amazônia; 2 — As Unidades Federadas; 3 — O Território do Amapá; 4 — O Território do Rio Branco; 5 — O Território do Acre; 6 — O Território do Guaporé; 7 — O Estado do Pará; 8 — O Estado do Amazonas; 9 — O Clima; 10 — A Flora; 11 — A Fauna; 12 — As Populações; 13 — O Sistema Econômico; 14 O Sistema de Crédito; 15 — Os Transportes; 16 — A Organização Municipal; 17 — A Defesa Nacional; 18 — Saúde e Educação; 19 — O Instituto da Hiléia; 20 — A Maturidade da Terra; 21 — A Área; 22 — Ocupação e Aproveitamento da Área.

I — VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

A bacia do maior rio da Terra ocupa cerca de metade do território do Brasil. Dêsse fato geopolítico de primeira ordem decorre a constante preocupação do povo brasileiro pela Amazônia. Grande parte da atenção que o vale provoca, entretanto, é menos pelos seus problemas humanos, econômicos e sociais do que pelo lendário mistério dos recessos da vasta planície, apresentada pela literatura científica e de viagens, como um dos recantos mais estranhos do planeta. Sem pretender discutir o mal que os literatos têm feito à Amazônia, agigantando os enigmas da "terra imatura", forçoso é reconhecer que aquela mesopotâmia é tratada à semelhança do que há três anos Ramon de Avelar descreveu em Buenos Aires: Uma bola colorida de borracha que o Brasil carrega acima da cabeça. Para deslumbrar os outros, que não possuem um balão assim, tão vistoso, e rejubilar-se com o oceano de belezas e vantagens contidas na sua miragem tropical.

Nos instantes, como o presente, em que os problemas da área atingem o ponto de saturação mais se evidencia essa atitude. Há um movimento geral de interesse. Todos querem salvar a Amazônia, impedir que se arrebente a bola de borracha. Mas a falta de informações serenas, o desconhecimento exato da verdade, a distância, a inacessibilidade, o jogo de interesses descontrolados, a ausência de planos administrativos conseqüentes dificultam a ação dos salvadores embaraçados nos meandros daquele mundo "sui generis". Ainda neste momento, é necessário vencer o tropismo que arrasta ao "impasse" tôdas as soluções proje-

tadas para a região, desde a famosa Defesa da Borracha, levada a efeito em 1915 e que só aproveitou a alguns usufrutuários de empregos na capital da República.

Assistimos, agora, à manifestação de uma força considerável — a força política desencadeada pelos interesses em choque e pela divergência de opiniões sobre a forma de conduzir a questão — que se vem juntar aos múltiplos obstáculos naturais que se opõem à obra de valorização da Amazônia. Encarando o assunto de um ponto de vista frio e equilibrado, seria de desejar que as contendas de grupos não atingissem, fundamentalmente, o roteiro traçado pela Constituição para conquista do grande vale. Como não é possível, entretanto, desprezar as injunções dos conflitos humanos, é mister considerá-las e envidar todos os esforços para a neutralização de seus efeitos negativos, partindo do reconhecimento da situação da Amazônia, tal como se apresenta ao observador estudioso.

Dentro de uma visada imparcial, sem maiores pretensões, unicamente com o sentido de colaborar, de fato, para uma esquematização real do problema, a situação político-econômico-administrativa da Amazônia pode ser decomposta da seguinte forma:

— As unidades federadas da região: Estados do Amazonas e do Pará, Territórios Federais do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá.

— O Governo Federal (Banco de Crédito da Borracha, administrações territoriais, Instituto Agrônomo do Norte, Plantações de Belterra, Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Porto do Pará e outras entidades menores).

— O sistema bancário da região: arcáico, precário, insuficiente, operando quase exclusivamente nas cidades, à base de empréstimos comerciais, seguros e compensadores.

— O obsoleto, quando existente, serviço de transportes.

— A Comissão Parlamentar do Plano da Valorização Econômica da Amazônia, incumbida de estudar a melhor forma da inversão de 3% da renda tributária da União, dos Estados, Territórios e Municípios da região, durante pelo menos 20 anos, em cumprimento do artigo 199 da Constituição da República. No plano científico, teríamos, também, o já fundado Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, sob os auspícios da *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (Organização Científica e Cultural das Nações Unidas), reunindo todos os países com áreas sobre a bacia do Rio Mar e destinado a levantar as condições específicas da zona, como introdução ao seu perfeito conhecimento, assim como a elabo-

ração de subsídios para o preparo de programas administrativos.

Temos ainda, lá e cá, populações inteiramente descrentes de qualquer providência oficial e os descontentes que alvejam, de modo sistemático, qualquer empreendimento.

E' óbvio que os elementos desse complexo não funcionam harmonicamente. A interdependência de poderes dos órgãos federais e estaduais, além dos municipais, o livre arbítrio do sistema financeiro e de transportes, as injunções políticas impedem a coordenação de esforços e resultados. Encontram-se, portanto, os diferentes órgãos, sistemas e serviços atuando nas seguintes condições:

— Os Estados-membros, com renda insuficiente, produção empírica, estagnação econômico-social, transporte difícil, problemas sérios de educação e saúde, assistência social reduzida, baixos níveis de vida, sistema tributário asfixiante, populações desesperançadas.

— Os Territórios Federais do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá, unidades ainda embrionárias, às voltas com os mesmos problemas dos Estados de onde foram desmembradas, respeitadas as proporções e certas diferenças peculiares à zonas sem governo próprio, administradas em regime experimental.

Além do pouco que existia, tudo está por fazer, salvo algumas exceções, podendo-se apontar, como um dos fatores determinantes, além da distância e rarefação demográfica, a descontinuidade administrativa, por mudança de delegados da União e respectivos assessores. O Acre, com quase meio século de existência sob a bandeira da Federação e atestando um "melting-pot" definido, informado por nordestinos sírios, portugueses e indígenas, prepara-se, no momento, para abandonar o sistema de existência baseado nos surtos de prosperidade do "latex". Uma experiência baseada na colonização é tentada, com elementos do meio, mediante entrega de terras e colônos, a fim de libertar o Território da economia predatória representada pela indústria extrativa e iniciar a policultura racional. O Amapá é entre as novas unidades criadas em 1943 a que possui maiores possibilidades de desenvolvimento rápido. Germe de uma unidade política de alto teor, esplendidamente situada à foz do Amazonas, sobre o Atlântico, encontra-se em pleno florescimento, quatro anos decorridos de sua fundação. Produto de uma administração sem solução de continuidade, empenhada na prospecção dos recursos naturais, é também consequência de uma cultura transplantada. Mas, ao contrário dos demais, os agentes dessa cultura vieram do Estado que integrava primitivamente, em melhores condições, portanto, de vencer e adaptar-se à ecologia.

— O Governo Federal, representado, principalmente, pelo Banco do Crédito da Borracha, erigido, hoje à altura de espinha dorsal do sistema econômico da região. A última crise de suspensão de 40% dos pagamentos desse estabelecimento de crédito abalou toda a região. As me-

didas de socorro, urgentemente tomadas pelo Ministério da Fazenda, vêm provar a necessidade de executar, completamente, através desse instituto, a política de crédito agrícola e industrial que o Banco do Brasil tinha por obrigação realizar, através de Carteira própria e que não é levada a efeito na Amazônia. O Poder Executivo da União inverte, outrossim, recursos pecuniários no desenvolvimento dos Territórios. Sua ação é mais remota no Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Porto do Pará, que movimenta uma frota de antigos navios e no Instituto Agrônomo do Norte.

— O sistema bancário da região não tem poder circulatório ao longo do grande corpo da Planície. Ganglionam-se nas cidades, emprestando quase unicamente ao comércio e poucas vezes o fazendo à indústria. De par com a rede fiscal dos três aparelhos tributários, que suga todos os recursos do interior, a ausência de crédito para operações agrícolas ou mesmo garantia das safras da indústria extrativa constitui um dos principais motivos do perecimento e anemia econômica da Amazônia.

— O sistema de transportes de superfície está atrasado, no mínimo, de 30 anos. Há três estradas de ferro, em toda a região: A Madeira-Mamoré, em tráfego no Guaporé; a Estrada de Ferro de Bragança, esteio da zona agrícola mais importante da área, no Estado do Pará, e, mesmo assim, em estado de virtual destruição; e a Estrada de Ferro do Tocantins, virtualmente destruída, na bacia do Tocantins. O SNAAPP cuida de substituir os velhos navios por onde passou a glória da conquista do ouro negro, quando a região contribuía com 40% da renda do Brasil. O transporte aéreo muito concorre, desde 1933, para interligar os núcleos populacionais, quase estanques pela distância. Mas não obstante o recente aumento do número de aviões, por parte da empresa concessionária, que leva as linhas até o Peru, ainda não pôde evoluir, por motivos de ordem econômica local, para condições mais amplas. Por enquanto, será apenas um serviço supletivo de primeira categoria, mas não um serviço de cobertura.

— A Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, como seu nome o indica, é um órgão do Poder Legislativo da União, constituído por deputados da região amazônica, sob a presidência do deputado Leopoldo Peres, autor da emenda consagrada no artigo 199 da Constituição. Essa entidade representa uma inovação interessante no Brasil, funcionando das Comissões do Congresso dos Estados Unidos, que interferem decisivamente em muitas questões transcendendo o plano do legislativo propriamente dito. Seu programa de ação é o recolhimento de informes e preparo dos estudos para o plano que o Executivo levará a cabo, dando a melhor aplicação às entradas tributárias previstas na Carta Magna. A tarefa de reconhecimento e levantamento das necessidades, o processo de conduzir os trabalhos reclamados, com o máximo de rendimento e sem interrupções prejudiciais, tornam delicada e sujeita a contestações a missão desse órgão. Por outro lado, a realidade da posição de combate em que a maior parte de seus membros se encontra, em relação aos Executivos dos Estados de onde são oriundos, resulta em atritos e

discussões de competência, desentendimentos que dificultam os trabalhos da Comissão. O projeto que está elaborando, de criação de um órgão executivo federal, com amplitude de poderes, para aplicação dos recursos constitucionais na Planície é sensível à crítica, sob vários aspectos, mas representa um esforço disciplinador que deve ser aproveitado, à luz de experiências anteriores.

— O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica é um aparelho que, se bem conduzido, dentro do programa, prestará serviços capazes de justificar o empenho da UNESCO em atribuir-lhe 55370 dólares no seu orçamento para 1948.

Quanto às populações descrentes e aos que aconselham, numa demonstração de ignorância da morfologia do Estado, como órgão vivo, o abandono da Amazônia à sua própria sorte, nada melhor que a condução de um plano objetivo, sóbrio e de estímulo dos focos econômico-culturais que definem o avanço da civilização brasileira por dentro da gleba. Se os desentendimentos ameaçam não deixar ir a bom termo a obra de aproveitamento racional da Amazônia, é necessário contrapor um programa realístico de operações. Evitemos — e demonstraremos a seguir porque — que a Amazônia continue a ser a miragem tropical, aquela bola de gás colorida que o Brasil carrega acima da cabeça.

II — AS UNIDADES FEDERADAS

As unidades da Amazonas totalizam os problemas regionais que vêm compor o problema nacional da região. Eis porque é necessário ter uma visão geral de seus ângulos mais importantes, a fim de partir do parcial para o total e achar, nos constantes, os pontos principais que devem ser atacados em uma obra de planejamento a longo prazo, como se pretende fazer agora.

Dois Estados-membros são ali encontrados e que já desempenharam papel de grande relevo na órbita econômica da Federação: o Pará e o Amazonas. Historicamente o primeiro constitui o delta econômico-cultural do grande rio, servido desde os primeiros tempos, por facilidades de comunicações marítimas com a Europa e, mais recentemente, com a costa atlântica da América do Norte. Primeiro ponto do território nacional onde se cultivou o café, também as primeiras experiências agrícolas regulares, levadas a efeito na Planície, tiveram lugar sobre as suas terras. Condições geopolíticas privilegiadas, como a posição, larga costa sobre o mar, capital abrigada numa baía segura, favorável à demanda de navios de toda parte do mundo, à foz de sistema potâmico importante, além de outras que seria ocioso

enumerar, proporcionaram à antiga Província do Grão-Pará uma posição de destaque, mantida por muito tempo e que deu origem ao florescimento de culta e adiantada sociedade aristocrática, afinada com os últimos progressos dos grandes centros civilizados. Os filhos das famílias importantes eram, via de regra, educados na Europa e as férias regulares que os abastados se permitiam, uma ou duas vezes por ano, em Paris, asseguravam modelos franceses para os costumes locais, desde a indumentária de lã, naquêle clima torrido, à cultura humanística avançada. A composição social, em bases tipicamente feudais, garantia essa exteriorização, que o ciclo da borracha silvestre viria redourar, enchendo a cidade de Santa Maria de Belém de obras de arte do mais puro gosto estético, criando jornais de notória expressão e uma geração intelectual sem sucessores até hoje. No teatro da ópera cantavam companhia líricas, diretamente importadas da Itália e da França.

Encerrado o período da goma elástica como fator de riqueza fácil, verificou-se um fenômeno muito natural nas sociedades atingidas pela desgraça. As classes dirigentes, embaladas pelo requinte, protegidas pelo sistema patriarcal, não estiveram à altura da situação e deixaram de encontrar remédios adequados para substituir a perda de substância econômica que a desvalorização da borracha representava. A economia de saque das reservas naturais era o caminho mais curto. E, na altura em que devia ser abandonada ou compensada pela cultura de espécies rendosas, continuou a ação predatória, indiscriminada e irracional, contra a flora e a fauna, visando, sobretudo, a extração de castanha, a pesca do pirarucu e a caça de animais silvestres. A agricultura de cereais, na zona servida pela Estrada de Ferro de Bragança, caiu na rotina dos métodos empíricos, transplantados pelas populações rurais imigradas do Nordeste e que ali se fixaram. A pecuária não evoluiu um passo e anquilosou-se a criação de pequenos animais.

Ademais, acompanhando um fenômeno universal, de funestos efeitos nos países de economia e organização incipientes, as populações do interior passaram a procurar insistentemente a cidade. O aumento das vantagens urbanas e a vaidade de ser cidadão chegaram a formar, empregando vocábulo corrente, um verdadeiro complexo "capitalista" nos grupos humanos do Estado. Criou-se

um círculo vicioso. Desde que a população da sede crescia, era preciso oferecer-lhe melhores e mais seguras condições de vida. Centralizavam-se, pois, na capital, tôdas as vantagens que faltavam ao interior. A capital crescia, em desproporção com as outras cidades, absorvendo-lhes os recursos, o potencial de trabalho, os valores financeiros e humanos. Ao mesmo tempo, um iníquo sistema tributário ia aumentando as rendas da União, enquanto convertia o Estado, em vez de um órgão barato de coordenação e estímulo das atividades regionais, em um gigante macrocéfalo, que arrecadava incessantemente para sustentar a grande cabeça dourada de luzes e avenidas. A Revolução de Trinta encontrou a outrora próspera unidade em situação estática, mesmo assim duramente conquistada, depois de uma crise econômica muito grave.

Apesar do programa e das tentativas, não foi possível vencer os fatores adversos. Em seguida a um breve período, em que as sedes municipais foram retocadas e melhoradas, as prefeituras do interior recaíram no marasmo. Seus elementos dirigentes mais esclarecidos estavam quase desesperados, quando surgiu o óleo canforado da campanha da borracha, que reanimou a região, mas demonstrou não ser o remédio reclamado, apesar de heroico. Atualmente, o Pará continua a enfrentar sérios problemas do governo e sua administração, conseqüentemente, se vê a braços com dificuldades consideráveis para atender a compromissos financeiros, lastreados por uma receita subordinada a flutuações perturbadoras de qualquer plano executivo.

Guardadas as proporções e respeitadas as diferenças de posição, o panorama do Estado do Amazonas é o mesmo. Sua economia, semelhante à do Pará, sua formação cultural, inspirada nos mesmos padrões, teria de refletir, naturalmente, os fenômenos constitucionais da unidade vizinha. Sendo o maior Estado da Federação, e ocupando 17,74% do território nacional, mesmo depois de concorrer com 283.718 quilômetros quadrados para a formação dos Territórios do Rio Branco e Guaporé, também possui a maior rede fluvial navegável do país, com 12.919 quilômetros de aquavia. Atestando índices de rarefação populacional extraordinários, o Estado permitiu que a capital, a bela e importante cidade de Manaus, funcionasse em seu organismo à semelhança de

Belém em relação ao Pará. Quando as atividades no interior deixaram de ser altamente lucrativas e a economia predatória, característica da bacia amazônica, procurou outras espécies além da borracha, a esmagadora maioria da vida econômica e cultural refugiou-se na sede, absorvendo as energias do interior. Praticamente sem pecuária, com área agrícola trabalhada inferior à do próprio Território do Acre, o Estado do Amazonas, como o do Pará justifica, entretanto, um plano de aproveitamento racional, com imigração de elementos adaptáveis ao meio e transfusão de cultura européia, bem orientada. Mais adiante, em outro capítulo destas observações, apresentaremos nosso ponto de vista sobre a índole das populações locais, o bom material humano que representam as formas pelas quais devem ser estimuladas a oferecer melhor rendimento *per capita*, o melhor processo de investimentos de recursos e o método para introdução de novas correntes raciais no "melting pot" amazônico.

O Território Federal do Rio Branco, desmembrado do Amazonas e situado nas lindes fronteiriças com a Guiana Inglesa e a Venezuela é um dos trechos mais remotos do Brasil. O índice de ocupação demográfica é o menor assinalado no país 0,06 de habitantes por quilômetro quadrado. Na realidade, é uma região que passou a viver, de fato, na comunidade brasileira, depois do decreto de agosto de 1943, que instituiu os novos Territórios Federais. Suas riquezas básicas, pecuária, ouro e diamantes, ainda são exploradas segundo métodos empíricos. Por causa da distância, do regime de navegação do rio Branco, que lhe dá o nome, da falta de mão de obra, da precariedade de tudo, são muito lentos os progressos que demonstrou, desde sua fundação. Há tendências para centralizar recursos e vantagens na sede, Boa Vista, cidade com pouco mais ou menos 2.000 habitantes. Talvez porque a população total, cerca de 15.000, esteja muito espalhada por toda a área.

O Território Federal do Guaporé, nucleado pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, também desmembrado do Estado do Amazonas e de parte de Mato Grosso, unindo as regiões Norte e Centro-Oeste, no extremo Nordeste do planalto brasileiro, com cerca de 25.000 habitantes, é uma área ligeiramente superior à do Estado de São Paulo. De economia fundada na extração da borracha, seu

problema é o de substituir a apanha silvestre pela cultura racional. Não obstante o elemento civilizador representado pela Estrada de Ferro, vem sendo difícil o seu desenvolvimento inicial, como unidade federada.

O Território Federal do Acre, quase no contraforte dos Andes, na fronteira com a Bolívia, abriga os germes de três futuros Estados, representados pelos territórios do Médio Juruá, do Médio Purus e do Alto Acre, segundo a observação de Rio Branco. Incorporado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis, em 1903, representa a primeira entidade com essa característica na Federação. É uma região de 140.000 quilômetros quadrados, conquistada pelo "rush" da borracha e com economia ainda assentada na exploração da "hevea". Tem, conseqüentemente, sofrido os fluxos e refluxos da cotação do produto.

Neste momento, o governo territorial ensaia uma tentativa de colonização com elementos regionais, mediante a atribuição de terras a posseiros e orientada no sentido da policultura, primeira do gênero na zona.

O Território Federal do Amapá ocupa a maior parte da litigiosa porção de 260.000 quilômetros quadrados, que a França reclamava do Brasil e que, no princípio do século, passou definitivamente para a jurisdição deste país, pela ação do grande filho do Visconde do Rio Branco. Fortemente irrigada por numerosos rios, a superfície do Território do Amapá, que corresponde, atualmente, a cerca de 140.000 quilômetros quadrados, é recoberta por espessa floresta equatorial, compensada por extensos campos naturais propícios à criação animal. Além dos produtos silvestres, notadamente borracha, castanha, madeiras, essências, frutos oleaginosos, couros e peles, a pecuária constitui uma atividade relativamente desenvolvida, assim como a indústria extrativa mineral, que explora um solo fértil em ouro, estanho, ferro, bauxita, manganês, tantalita e outros elementos de importância. Sendo o único Território continental com praias sobre o Atlântico, é também a mais desenvolvida entre as unidades criadas para salvaguarda e valorização econômica das fronteiras.

III — O TERRITÓRIO DO AMAPÁ

Nas apreciações sobre o comportamento dos diversos fatores que constituem o problema da

Amazônia, passemos em revista as unidades federadas com sede na região, iniciando pelo Território Federal do Amapá.

Criado pelo decreto-lei n.º 5.512, de 13 de setembro de 1943, para atender ao interesse da defesa nacional, veio, quase um século depois, realizar o projeto de Cândido Mendes de Almeida que, em 1853, propusera a criação do "Província de Oiapokia", compreendendo o território entre os rios Nhamundá e Amazonas, o oceano Atlântico e os limites setentrionais do Império. As lindes, fixadas no decreto-lei foram mais tarde retificadas para, a noroeste e norte, a linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa; a nordeste e leste, o oceano Atlântico (incluindo as ilhas litorâneas de Macapá, da Onça e outras) a sueste e sul, o talvegue do Canal do Norte (incluindo o arquipélago de Bailique, ilhas de Bailique, do Jaburu, do Brigue, Curuá, do Franco, dos Marinheiros e outras menores); e uma linha no braço norte do rio Amazonas que acompanhe o alinhamento geral da margem continental (excluindo a maior parte das ilhas deste braço e incluindo apenas as muito próximas do continente, no alinhamento das terras marginais, como as ilhas Pedreira, Santana, dos Periquitos e outras menores) até a foz do rio Jari; a sudoeste e oeste, o rio Jari, desde a foz até a nascente principal, na serra de Tumucumaque.

Nessa vasta área, desmembrada ao Estado do Pará e que abrange 143.716 quilômetros quadrados, a situação poderia ser resumida naquela encontrada pelos agentes do Recenseamento de 1940, no município do Amapá; "Indústrias: extrativas. Comércio: com as Guianas e praças vizinhas. Transportes: não há estradas de ferro ou de rodagem. As comunicações se fazem por navegação a vela e a vapor. Instrução: a mais abandonada da região. Estado sanitário: não há hospitais nem médicos, grassando o impaludismo entre as populações".

Sob essas condições, desembarcaram em Macapá, em princípios de 1944, o governador nomeado, um capitão do Exército, Janary Gentil Nunes e os auxiliares que iam constituir o núcleo inicial do Território.

Germe de uma unidade política e econômica de alto teor, o Amapá oferecia, entretanto, uma série de problemas, oriundos da necessidade de sanear, educar, povoar. Tudo estava dependente

de hábil política de colonização, de que a criação dos Territórios Federais era uma tentativa, e tendo em mente que a população existente mal passa da casa dos vinte mil.

Para vencer a rarefação demográfica e os problemas correlatos, ao contrário dos demais Territórios, foi introduzida na área uma cultura transplantada do Estado de que fôra seccionada a nova unidade. Enquanto nas outras unidades de recente formação o núcleo inicial de trabalho técnico-administrativo se organizou com cultura transplantada das cidades do sul, em Macapá se localizaram os fulcros de trabalho de uma geração confinada na capital do Estado do Pará e que ansiava por modificações de monta nos processos executivos.

Migrando para o Amapá, esses elementos tiveram oportunidade de realizar o que as circunstâncias não lhes deixavam levar a cabo na direção dos negócios da terra natal. E, ao se transferir para solo do qual o Estado perdera a jurisdição e a posse, confirmaram, mais uma vez, o histórico papel da cidade de Belém, como foco civilizador de primeira ordem, centro de impulso de todo o progresso do vale amazônico. Como a história é de nossos dias, consideremô-la nos seus aspectos mais dignos de nota, subordinando-os a reexame posterior, para dirimir dúvidas ou afastar erros de interpretação. Principiado o trabalho administrativo, o governo federal colocou como primeira etapa o investimento de capitais, extraídos ao orçamento anual da República. Era o processo mais lógico, desde que a União punha sob seus cuidados uma parte do solo nacional impossibilitada de progredir dentro do Estado em que se configurava. Foi com dez milhões de cruzeiros que a administração central deu partida, quase meio século depois, à sequência natural dos trabalhos de Rio Branco, na determinação e posse definitiva das terras brasileiras de fronteira. Situado a foz do Amazonas, de costas sobre o Atlântico, próximo à América do Norte, em posição vantajosa para se tornar coletor econômico das possessões européias vizinhas, em condições de manter comércio efetivo com as Antilhas e também com a Europa, impunha-se o levantamento das necessidades e virtualidades locais, para execução de um governo territorial em moldes inéditos na Federação.

Falando em termos amazônicos, era preciso estimular a indústria extrativa, habitual forma de aproveitamento econômico, a caça e a pesca, a exploração de minérios. De maneira mais precisa, intensificar a coleta de castanha e de borracha, assim como de madeiras, aperfeiçoar os métodos de utilização da fauna, desvendar as riquezas representadas pelo ferro, manganês, tantalita, rutilo, estanho, ouro, diamante, sem esquecer a introdução de sistemas de cultura de cereais, principalmente arroz, e o aperfeiçoamento da pecuária, pela melhoria e pelo aumento dos rebanhos. A população, convocada a misteres mais amplos, era a mesma que levava vida miserável, tremendo periodicamente de maleitas. Não poderia ser outra, desde que fatores externos não o permitiam, questões internas não o tornavam possível e havia o propósito deliberado de, em primeiro lugar, erguer o nível de vidas dos coeficientes demográficos da zona.

Após quatro anos, os efeitos da cultura transplantada da capital do Pará, para os antigos municípios sem vitalidade, de rendimento miserável, se fizeram sentir de maneira que fixou a administração territorial como uma experiência digna de ser continuada na órbita da Federação. Rodovias há muito planejadas foram abertas, os mosquitos transmissores de zoonoses desapareceram das sedes municipais, dotadas já com serviço de luz elétrica, água e brevemente esgotos. Lactários e postos de assistência pré-natal, assim como de puericultura, foram instalados. Escolas, com prédios próprios, foram disseminadas por todos os núcleos populacionais. Nestes se procede à dedetização periódica das casas, imunizando-as contra insetos pelo espaço de seis meses. Junto com o hospital, o campo de esportes, o ginásio e o posto médico, levantam-se os primeiros trabalhos para instalação da siderurgia, com utilização do minério de ferro do rio Vila Nova, cujo teor, elevadíssimo, é de 67 por cento, em jazidas de 12 milhões de toneladas, a 190 quilômetros do Atlântico. Três companhias exploram o estanho e uma delas possui fornos que laminam tantalita. Dez milhões de toneladas de manganês, cálculo elementar dos depósitos, com teor de 56 por cento, vão entrar em regime de exploração imediata, por contrato assinado com uma organização de Minas Gerais. Os transportes foram intensificados, inclusive por intermédio de uma linha de navegação aérea.

Uma das principais empresas armadoras da Grã-Bretanha prepara-se para substituir sua escala em Belém pelo porto de Macapá, por causa das facilidades de atracação e do menor custo de fretes. Simultaneamente com a exploração extrativa normal, o arroz entra em regime de cultura irrigada e produtores "Gyr" e "Menore", com "pedigree", são importados de Minas, para melhorar os rebanhos e criar novos, bem assim cavalos puro sangue, fornecidos pela Remonta do Exército. A esta altura, os créditos federais para o Amapá sobem a cerca de 50 milhões de cruzeiros, através de diversas dotações, aproximadamente a metade das rendas tributárias anualmente arrecadadas por todo o Estado de que fazia parte o Território.

Não correspondente à totalidade da história região do Amapá, ou seja, à faixa marginal do Amazonas que se estendia por 260 mil quilômetros quadrados, do oceano Atlântico ao Rio Branco, é, todavia, uma terra de trânsito e transição. O clima, igual ao da Amazônia, isto é, equatorial super-úmido, quente pela situação geográfica dentro da faixa equatorial, é amenizado pelos ventos que sopram do oceano e foi considerado saudável por autoridades científicas que o estudaram.

Pela sua proximidade de grandes centros de produção e consumo, pela privilegiada situação geopolítica, pela forma de direção de seus negócios, o Território Federal do Amapá, justifica, num critério de distribuição de verbas previstas pela Constituição, o emprêgo sistemático de recursos pecuniários. Uma das partes mais acessíveis do extenso vale, futuro competidor de Belém como delta econômico do "Mar Dulce", no Território do Amapá ergue-se agora, o embrião de uma unidade de alto teor, dependendo a eclosão total do acerto com que se houverem os estadistas no trato de suas potencialidades e na condução da política federal de valorização econômica da Amazônia.

IV — O TERRITÓRIO DO RIO BRANCO

Boa Vista, capital da unidade federada menos povoada do Brasil, está mais próxima de Georgetown que de Manaus.

Esse é um dos fatores que singularizam o Território Federal do Rio Branco como zona de trânsito do Brasil para as áreas internacionais mais ao norte do continente e como terra de transição

entre a Amazônia e o planalto das Guianas. Há no Território do Rio Branco diversos outros fatores, de ordem geopolítica, que o tornam uma região peculiaríssima dentro do mundo original da Amazônia. Assim, para bem compreender esse trecho do Brasil, é preciso conhecer a sua área, de 250.000 quilômetros quadrados, o espaço ocupado por uma população de 15.000 habitantes, a posição sobre a bacia do Rio Branco, com 35.000 quilômetros quadrados, e a situação numa zona internacional de interesses convergentes.

Chamada, primitivamente Quecuene e, depois, Paraviana, a região do Rio Branco é palmilhada por aventureiros e desbravadores desde o século XVII. Grande foi a porfia entre as imperialismos europeus para se apoderar daquela vasta porção de terra, dotada de grande variedade de climas, enriquecida por uma das poucas extensões de campos naturais localizados na bacia do Mar Doce. A habilidade da política colonial lusitana resguardou para o Brasil a posse do espaço cobigado. Ruínas de fortificações e os restos de centros de aglutinação demográfica atestam, ainda hoje, o custo dessa atividade pioneira. Mas os povos e governos vizinhos jamais deixaram de olhar, com profundo interesse, para as riquezas do Rio Branco. Atualmente, que a sabedoria de José Maria da Silva Paranhos fixou os limites da faixa de fronteiras do país, outras pretensões não alimentam as comunidades circunjacentes do que ver o Rio Branco integrado num sistema de trocas que lhes permitam compensar as deficiências recíprocas. Eis por que, agora como no passado, voltam para a zona brasileira as solicitações de produtos agrícolas e pecuários, que a incipiente indústria do Rio Branco não lhes pode fornecer. É natural que assim seja. O Território Federal do Rio Branco tem a oeste, norte e leste a República da Venezuela e a Guiana Inglesa, encravado entre estas e os Estados do Pará e do Amazonas. O trato de seus problemas é de ser feito na base das realidades locais, avultando a posição e os distintos setores em que se divide o solo ocupado.

Araújo Cavalcanti, autor do primeiro levantamento técnico, em bases racionais, das existências e virtualidades do Rio Branco, aplicado no plano de organização do Território, divide a nova unidade federada em três sub-regiões características, com relevo diferenciado, culturas próprias e peculiaridades geoeconômicas e antropo-

geográficas bem definidas: o Baixo Rio Branco, o Alto Rio Branco e a Região Montanhosa. O fulcro de toda atividade, ao longo de tão extensas zonas, é o rio. Todas as águas do Território pertencem à bacia do Rio Branco. A mais ou menos 40 quilômetros de Boa Vista, o rio curva-se e sobe para noroeste, passando a chamar-se Uraricuera e recebendo um de seus maiores afluentes, o Tacutu, histórico veículo de incursões coloniais. Às margens do rio-eixo, agita-se a rarefeita população, cuja vida reflete as peculiaridades de um curso fluvial que, mesmo como abastecedor da bacia amazônica, com as cabeceiras semi-ignoradas na cordilheira do Parima, constitui uma bacia hidrográfica própria.

No Baixo Rio Branco, por exemplo, as características da hiléia amazônica, com chuvas torrenciais, clima quente e super-úmido, floresta equatorial cerrada, determinam para os moradores um regime de existência semelhante ao de toda a Amazônia interior. Vivem à ilharga do rio e de seus tributários, dedicados ao mais primitivo extrativismo, colhendo borracha, balata, copaíba, castanha, cumaru, clichet, madeiras, timbó. Aproximadamente dez por cento da população está nesses lugares, pouco favoráveis à sobrevivência, porque sujeitos a enchentes periódicas, em zona alagadiça, extremamente insalubre e de saneamento quase impossível. Com exceção dos moradores de Caracará e Vista Alegre, os demais são pouco menos que nômades, vivendo afastados um dos outros, dias e dias de canoa, "num insulamento doloroso", como diz o mencionado autor de "Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco". Cerca de 80 por cento da população se encontra no Alto Rio Branco. É a zona da pequena agricultura e da pecuária, da exploração do boi, ali introduzido há duzentos anos. São terras firmes, férteis e ricas, abrigando a quase totalidade das 276 fazendas do Território, espalhadas por 50.000 quilômetros quadrados de campos gerais, semelhantes as planícies do extremo sul do Brasil. A capital do Território, Boa Vista, antiga sede do município amazonense do mesmo nome, está localizada na zona. É uma pequena cidade, com pouco mais de 2.000 habitantes. Aí começam a aflorar os primeiros resultados do ato da União que colocou a terra sobre sua tutela, desmembrando-a do Estado do Amazonas. Boa Vista, funciona como entreposto dos interesses econômicos dos campos gerais, e a pequena densidade

de sua população se deve ao fato de que a quase totalidade da gente do Rio Branco vive na zona rural.

Segundo ainda Araújo Cavalcanti, de cuja subdivisão das áreas territoriais nos servimos e que é o pioneiro da divulgação, em língua portuguesa, da realidade riobranquense, a Região Montanhosa não possui agricultura nem pecuária. Ocupa uma estreita faixa no extremo norte do Território, ao pé dos contrafortes do sistema orográfico das Guianas e é dotada de grandes elevações. A população é constituída por aventureiros atraídos pela cata de ouro e diamantes, que surgem no Tepequem, nos rios Alto Surumú, Meang, Mau, Quinó e Cotingo. A Região Montanhosa aumenta, gradualmente, de altitude, até atingir o monte Roraima, importante maciço de 2.865 metros, onde uma faixa de colonização de 150 quilômetros permite a introdução de imigrantes para cultivo de espécies de clima temperado.

Verifica-se, assim, que o Território do Rio Branco é a única unidade federada, na Amazônia, que não depende da indústria extrativa vegetal.

São as conclusões de quem estuda a distribuição das áreas ocupadas e trabalhadas na Amazônia e muito bem externadas pelo deputado Antônio Martins, primeiro representante do Território no Parlamento Nacional. Em discurso pronunciado no Congresso, lembrou que, “resultando mais vantagem da exploração de minérios e da criação do gado, o Rio Branco está livre da tirania da borracha, podendo constituir, na grande planície, uma economia completamente diferente”.

Num plano de valorização econômica, esses aspectos devem ser devidamente considerados, pelo muito de próprio que representam. Aliás, nem por isso, conforme bem reconhece aquele parlamentar, deixa o Rio Branco de atestar os mesmos efeitos trágicos que a economia extrativa acarreta a toda a região amazônica. Além da similitude de processos e resultantes no mecanismo de coleta das existências nativas, o Rio Branco tem dramáticos problemas de transporte, que interiorizam e ganglionam seus núcleos populacionais, estrangulando qualquer tentativa de produção volumosa e organizada. A territorialização da zona permitiu uma transplantação de cultura, colhida do Rio de Janeiro, que não pode vencer os respeitáveis obstáculos naturais. Mas, neste momento, a União, por intermédio de seu delegado, o gover-

nador Clóvis Nova da Costa, jovem oficial do Exército, já prepara uma política colonial mais segura, com o balanço das experiências colhidas ao longo de quatro anos de administração federal. Uma das bases para a nova orientação está na conclusão da rodovia Caracará-Boa Vista reunindo os dois centros, permanentemente, sem os entraves do regime de navegação do Rio Branco, que só permite o tráfego de embarcações maiores, nesse trecho, durante quatro meses do ano.

Como o problema da viação é o mais sério do Território, uma ação governamental direta faz bem em se orientar no sentido de resolvê-lo, tendo em conta que, além dos transportes terrestres, as vias fluviais ainda serão por muito tempo os caminhos naturais da Amazônia e os serviços aéreos constituem o elo indispensável de ligação nessa remota parte do Brasil, aonde Hamilton Rice, o grande desbravador e cientista norteamericano, levou pela primeira vez o hidroplano em 1926. Por sinal, o emprêgo da aviação se vem generalizando nas “ferteis campinas” que entusiasmaram Lobo D’Almada, ainda no Brasil-colônia. E’ o meio mais rápido e capaz de vencer as distâncias daquêle mundo de um quarto de milhão de quilômetros quadrados, onde a civilização ainda nem sequer sondou as riquezas latentes e em cujas terras as gerações brasileiras estão convidadas a construir uma das unidades econômicas mais poderosas do planeta.

V — O TERRITÓRIO DO ACRE

A maioria dos brasileiros acredita que o Acre pertencia à Bolívia e que fomos obrigados a comprá-lo, depois que os seringueiros ali residentes, sob a chefia de Plácido de Castro, se revoltaram contra o domínio boliviano. E acreditam nisso, ingenuidade de pasmar, cuja única defesa — triste verdade — está na ignorância e no pouco caso que dedicamos às coisas e fatos da nossa terra.

Um dos elementos da nova geração intelectual do Território do Acre, o Sr. O. Bonfim de Oliveira, assim começa o primeiro capítulo de sua obra sobre a formação daquela unidade federada, a mais ocidental do Brasil. E expõe o que poucos conhecem, levando à conclusão de que, opinião em que afina com Pandiá Calogeras, a conquista do Acre foi mais uma afirmação do “uti possidetis” e que os nordestinos ao se fixarem no

Aquiri, o faziam em terras não demarcadas em qualquer tratado anterior. Na realidade até a chegada dos brasileiros migrados do nordeste, o futuro campo de lutas estava submerso no mistério que levava a Bolívia a inscrevê-lo em seus mapas como "terras não descobertas". D. Francisco Vallarde, ministro boliviano no Brasil, em conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, na presença do imperador Pedro II, afirmava, em 1886: "O Aquiri ainda não foi encontrado, porém em breve aí chegarão os infatigáveis pioneiros que, com o nome de seringueiros, vão em procura do rico produto com que negociam". Mas, a essa altura, já os brasileiros, completando, a expansão do Brasil no sentido do ocidente, haviam navegado o Aquiri ou Acre até às nascentes e se tinham deslocado, num apreciável movimento demográfico, subindo a estranha veia potâmica do Purus.

Os tratados entre os dois povos ibéricos, Portugal e Espanha, regulando os limites de suas conquistas na América do Sul, bem assim as comissões que originaram, não tinham determinado os pontos extremos do contato, naquela parte do continente, totalmente desconhecida até a metade do século passado. Justamente por essa razão, os governos da península deixaram de lado a marcação da linha reta que, partindo da confluência do Beni, deveria atingir as nascentes do Javari, conforme o Tratado de Santo Ildefonso. Revogado este, pela Paz de Badajoz, a Bolívia obteve da chancelaria do Império, já independentes as duas comunidades sul-americanas, o tratado de Ayacucho, em plena guerra do Brasil com o Paraguai. Não obstante, os diplomatas do Rio de Janeiro introduziram ressalvas, fazendo assinalar que não se tratava de um ato definitivo, que dependia de localização das nascentes do Javari e consideraria o "uti possidetis". Dêsse modo, quando se verificou o arrendamento ao "Bolivian Syndicate", o qual ficava autorizado a criar até um exército e uma esquadra para expulsar os brasileiros, estes já haviam incorporado, de fato, o Acre ao Brasil. A capitulação do Itamaratí, determinando a entrega à Bolívia, só corrigida com a ascensão do Barão do Rio Branco, não impediu a revolução de Plácido de Castro. Venceram os nordestinos, com a firme ajuda da diplomacia do Barão. E, para evitar complicação ao Brasil, criaram o Estado independente do Acre, de efêmera duração.

E', pois, a extensa região o remate do processo de crescimento natural do Brasil. Sua interiorização, a distância em que se encontra dos centros desenvolvidos, o modo como se processou já no século XX, sua definitiva integração no Estado brasileiro, criaram e mantêm um "status" social que, quarenta e seis anos depois, ainda não foi possível modificar. A instituição da entidade-território no âmbito da Federação não estava prevista na Constituição de 1891, mas, de acordo com Océlio de Medeiros, em seus magníficos trabalhos que coordenaram a legislação sobre o assunto, o Acre resulta de uma obra anterior de imperialismo econômico, que a União, embora não tomando parte nela, foi obrigada a aceitar como uma situação de fato. A renda dos impostos sobre a produção da área assim anexada, dentro em pouco, pagava todas as despesas que o país se comprometera a fazer, em troca da incorporação. E o governo da República iniciou com o Acre o sistema de administração por intermédio da entidade "Território Federal".

Estende-se a grande floresta equatorial por 158.375 quilômetros quadrados, encravada ao extremo ocidental do Brasil, ao sul do Estado do Amazonas, entre a República do Peru e da Bolívia. Milhares de cursos d'água regam a terra, definida em duas regiões distintas pela bacia dos caudalosos rios Purus e Juruá, afluentes da margem direita do Amazonas. A posição sobre a bacia desses grandes tributários do Rio Mar permite que a produção se escôe no rumo do Atlântico. Mas o regime de navegação, com o quase aparecimento do álveo dos aquavias de trânsito forçado, impede melhor intercâmbio durante a maior parte dos meses do ano.

Uma população constituída, aproximadamente, de oitenta mil habitantes, ocupa uma região maior do que o Estado de São Paulo, rarefeita à margem dos rios, dedicada à extração da borracha e da castanha, produtos básicos de uma economia apoiada na exploração das existências florestais. Os indivíduos que a compõem são ou descendem dos nordestinos pioneiros, dos indígenas, primitivos donos de terra, portugueses e notadamente, levantinos que, do Oriente Médio, vieram tentar a vida na América do Sul, criando no Acre o tipo singular do regatão, em que alguns vêm o veículo da circulação econômica, ganglionada nos altos cursos d'água e outros enxergam apenas o urubu

dos rios, o banco ambulante que se apodera dos frutos do trabalho contra a floresta. São grupos humanos premidos por necessidades sociais clamantes. Em matéria de civilização, o Acre ainda é uma terra inconquistada. A facilidade da agressão contra a selva, a coleta de produtos naturais, o sistema predatório, que tanto define o regime econômico da Amazônia, encontra campo propício no Acre. E é perfeitamente compreensível que assim seja. Com exceção do nordestino, os demais elementos formadores do "meting pot" local jamais se dedicaram à agricultura. Por outro lado, tentados pela sedução da borracha e envolvidos pelos dramáticos problemas da mata tropical, os nordestinos esqueceram a agricultura rudimentar de seus ascendentes. Na luta com a floresta, até agora esta é vitoriosa. O homem acreano, como o homem amazônico em geral, fez um acôrdo com a floresta. Virtualmente, desistiu de domá-la e estabeleceu um *modus vivendi*, pelo qual a mata se deixa explorar, sem que a terra seja tocada pela cultura.

Alguns arranhões no solo se esforçam por parecer agricultura. A terra se defende de tôdas as maneiras e a exploração de alguns homens agrava a inacessibilidade da zona. Um trator, adquirido pelo governo territorial, levou meses subindo por águas e barrancos. E, ao chegar a Rio Branco, já tinha pago mais de 60 mil cruzeiros de fretes.

O Território do Acre produz a melhor borracha do Brasil. Esse fato distrai os habitantes de qualquer tentativa organizada de produção agrícola. Não deixa, entretanto, de ser interessante que, em recente trabalho, o citado Océlio de Medeiros tenha chegado à conclusão de que a área cultivada do Acre seja superior à do vizinho Estado do Amazonas. Daí, talvez, ao estudar as virtualidades locais, tenha o delegado da União, major Guimard Santos, lançado as bases de uma ampliação do cultivo da terra virgem do Acre. Pelo espaço de vinte anos, como oficial do Exército encarregado de demarcar fronteiras, o atual governador Guimard Santos procedeu ao levantamento das bases de uma política de colonização da faixa de limites. Ao assumir a direção do longínquo Território, decidiu, conforme discurso então pronunciado, que sua tarefa administrativa seria concluir as obras inacabadas, de cujos esqueletos os delegados da União, em quase meio século

pontilharam os vãos agrestes do Acre. Está rematando construções iniciadas há vinte anos, como o palácio do governo, em Rio Branco e numerosas outras obras, que cada administração se julgava no direito de não concluir, por herança de antecessores.

Como se vê, o Território do Acre, com relativamente tão poucos anos sob a bandeira da Federação, já atesta os mesmos problemas que definem os Estados-membros deste país jovem de cultura velha. Eis porque o tratamento de seus problemas tem de se processar de modo diverso das novas unidades, criadas em 1943. Mesmo considerando as diferenças de autonomia, essa região sem governo próprio apresenta um conjunto de questões muito semelhantes ao panorama econômico-social dos Estados do Pará e do Amazonas. No Território do Acre, como nestes, impõe-se o aceleração de uma nova marcha pioneira que frutifique economicamente, ao mesmo tempo que leve em conta os poderosos fatores da força da inércia: grande parte das receitas do Pará, do Amazonas e do Acre é consumida com o funcionalismo público.

Reagindo contra os fatores depressivos, que obrigam ao refúgio na proteção da máquina do Estado, o governador Guimard Santos acaba de entregar aos posseiros os títulos das terras em que dividiu o antigo seringal Empresa e a fazenda Sobral. Nesses dois núcleos, pretende fundar o sistema de policultura que, se vitorioso, constituir uma extraordinária lição às demais comunidades amazônicas, empenhadas na economia de saque florestal. E, com a ligação rodoviária até Abunã, libertará o Acre da tirania dos rios secos, fazendo fluir a produção pelo Madeira. Se obtidos os resultados em vista, muitos problemas, inclusive o da imigração, ainda ficarão de pé. Mas o Acre estará habilitado a melhor executar um plano de desenvolvimento racional, preparado para toda a bacia do Amazonas. E suas populações verão definitivamente integrados na comunhão brasileira a terra e os recursos que os pioneiros e o Barão do Rio Branco legaram ao Brasil.

VI — O TERRITÓRIO DO GUAPORÉ

"No tempo em que estiveram ali os demarcadores, era aquele rio tão mortífero que me contava meu pai, nas conversas sobre o rio Amazonas e seus afluentes — que com cinquenta anos de intervalo ambos tínhamos percorrido — que, quando

pela primeira vez nêle entrou, o vigário de Manaus lhe aconselhou fizesse testamento”.

Assim começa o barão de Marajó, em sua obra “As regiões amazônicas”, a descrever a grande mudança verificada, em fins do século passado no rio Madeira, um dos maiores veios potâmicos da terra e que, entretanto, seria o caminho para a conquista do vasto espaço desconhecido onde assenta, hoje, o Território Federal do Guaporé. E, logo em seguida, revela como a fatalidade do destino amazônico da extensa área determinou a ocupação, já em plena metade do século XIX. Uma senhora D. Vitória, querendo pagar dívidas à praça do Pará, resolveu explorar a borracha no Madeira e ali entrou com sua gente. Vencendo as febres, os índios e o isolamento, a intrépida pioneira viu, em breve, seus esforços coroados de êxito. E outros se animaram a subir pelo misterioso lençol d’água, iniciando a conquista econômica do Guaporé. Todavia, o “rush” de aventura que escalava o Amazonas e, dêsse modo, atingia um de seus maiores afluentes, não utilizava um curso inteiramente desconhecido. Desde 1560, mais ou menos, o Madeira já era conhecido, sob o nome de Caiaray. Nessa época o “rio espantoso” teria sido a aquavia que permitiu a Nuflo de Chaves descer de Santa Cruz de La Sierra, pelo Bauré e pelo Mamoré, indo sair no Oceano. Supõe-se também, que não o desconheciam as bandeiras de resgate, por ocasião da histórica viagem de reconhecimento e posse do Amazonas para a coroa portuguesa, por Pedro Teixeira.

Na segunda década do século XVIII, uma expedição sob o comando do capitão-mór do Pará, João de Barros Guerra, subiu o Madeira até o rio Mahiei, em perseguição dos índios Torás, e na década seguinte Francisco de Melo Palheta realizou uma exploração, a partir da qual o curso d’água ficou conhecido como Madeira, por causa da grande abundância de toros desgarrados que lhe coalham o curso e representam um fenômeno típico, com as ilhas flutuantes constituídas de troncos fortemente entrelaçados pela vegetação aquática “canarana”. Por sua vez a política colonial lusitana, sabiamente inspirada, procurava alargar e manter domínios para aquelas bandas e um dos recursos de que se serviu foi ordenar que todas as comunicações por terra entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil se fizessem por

Mato Grosso. Ficava, portanto, obrigatório o uso do Guaporé, vale de trânsito entre a Amazônia e o Brasil Central.

A construção do forte Príncipe da Beira, iniciada em 1776 e terminada em 1783, à margem direita do Guaporé originou apreciável movimento neste e no Madeira, por onde eram transportados o pessoal e equipamentos. Depois, somente expedições científicas e de reconhecimento o percorreram. Adormeceu de novo a região o seu sono secular. Estava destinada a só acordar com o ímpeto do avanço predatório das reservas florestais, que se espalhava pela bacia do Amazonas, e teria ali a sua pioneira naquela senhora, desejosa de pagar dívidas com as ferozes riquezas da terra imatura. A conquista da borracha empurrou consideráveis grupos humanos pelo Madeira a dentro, somando cerca de 70.000 indivíduos ao longo de toda a calha potâmica e dos inúmeros afluentes. As vantagens do ciclo da hevea não teriam, todavia, maior expressão nacional, não fôra o resultado da questão do Acre. O Brasil comprometeu-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que, numa extensão de 366 quilômetros, contornando o trecho encachoeirado Pôrto Velho-Guajará Mirim, proporcionou escoadouro para o Atlântico da produção da zona norte-oriental da Bolívia. A história dessa remota via férrea, que merece análise especial, alcançou os instantes culminantes com o auge da cotação da goma elástica. Teve um colapso, em 1931, quando os arrendatários paralisaram o tráfego, em virtude do contínuo decréscimo da receita. O governo federal encampou a ferrovia. No estranho mundo das estradas líquidas, a ferrovia já tinha cumprido, entretanto, o seu papel. E passava a ampliá-lo, vindo a constituir o fulcro do Território Federal do Guaporé.

A encampação constituiu o passo de fato para a territorialização da área. O administrador da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré tinha atribuições que transcendiam o papel do prefeito do Pôrto Velho. Quando, em setembro de 1943, o governo da União instituiu os cinco Territórios de fronteiras e mais um insular, entre os quais o do Guaporé, há muito que a região estava sob efetivo domínio federal. O mero fato da criação do Território chamou a atenção do país e a justificada curiosidade ainda não está totalmente satisfeita. O Território Federal do Guaporé é dividido em quatro regiões naturais. De

acôrdo com o professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, pode ser dividido em: planície amazônica, encosta setentrional do planalto brasileiro, chapada dos Parecis e vale do Guaporé. São 251.000 quilômetros quadrados, numa área ligeiramente superior à do Estado de São Paulo, englobando o município de Pôrto Velho e parte do de Humaita, que integravam o Estado do Amazonas, o município de Guajará Mirim e parte dos de Alto Madeira e Mato Grosso, desmembrados ao Estado de Mato Grosso. Ainda de acôrdo com a discriminação daquela autoridade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a planície corresponde a uma pequena parte antes pertencente ao Estado do Amazonas e é formada pelos sedimentos terciários argilosos e areníticos, típicos da chamada "terra firme" na Amazônia. É uma região drenada pelo trecho do rio Madeira a jusante de Pôrto Velho, que aí se comporta como autêntico rio de planície, perfeitamente navegável. A encosta, situada na parte nordeste do Território, é constituída pelos granitos e gneisses do complexo cristalino brasileiro, que aí aparece desnudado. O afloramento de tais rochas nos rios Madeira e Mamoré origina várias cachoeiras e corredeiras, que interrompem a navegação nesta grande artéria fluvial. O mesmo acontece com os afluentes da margem direita do Madeira, Jaci-Paraná, Jamari, Gi-Paraná e outros, que descem encachoeirados pelo pronunciado declive da encosta. A chapada dos Parecis, longa faixa que se estende na direção sueste-noroeste, é, por assim dizer, a espinha dorsal do Território. É uma região relativamente plana e elevada, que em seu extremo sueste, nos campos de Vilhena, ultrapassa a altitude de 600 metros. O vale do Guaporé é uma zona estreita e baixa com a altitude média de uns 200 metros, formada por aluviões quaternários, que continuam a se depositar, por ocasião das enchentes periódicas do rio. Uma importante via navegável é formada pelo Guaporé e pelo Mamoré, até Guajará-Mirim.

Nessa área existe uma população calculada em 25.000 habitantes que se empenha na economia de apanha das reservas naturais, representadas, principalmente, por borracha, castanha, madeiras, caça e pesca. Aproximadamente dois terços da população vivem na zona rural, o que se explica pela disseminação à margem dos cursos d'água, assim como além da estrada-de-ferro, próximo à linha telegráfica levantada pela Comissão Rondon. Sem agricultura organizada,

praticamente sem pecuária, apesar das possibilidades de criação nos campos, sem exploração mineral, não obstante a ocorrência de aluviões auríferos, o grosso da atividade repousa no extrativismo florestal. A borracha impõe a boa ou a má situação dos adensamentos demográficos, a cujo lado se torna necessária a introdução de novas culturas, pela aclimação de imigrantes estrangeiros, capazes de sacudir com novos hábitos, a rotina de populações quase insuladas do mundo.

Os problemas administrativos, econômicos e sociais do Guaporé são vastíssimos. A territorialização da área não pôde, até agora, vencer sequer a etapa inicial das múltiplas questões que formam o panorama da longínqua unidade federada. O atual governador, o quarto administrador delegado pela União para dirigir o Território, vem levando as necessidades regionais inclusive realizando obras públicas na sede, Pôrto Velho, assim como no interior. Mas a realidade é que muito terá de empreender, porque o Guaporé constitui uma das unidades federadas onde mais dificilmente se fará sentir a mudança de seu sistema econômico para outra forma de criação da riqueza. Com os caminhos aéreos, os rios, a ferrovia, mesmo assim, são notáveis as dificuldades de seu aproveitamento integral. O que não quer dizer que não comporte um plano de desenvolvimento racional. Apertado entre a Amazônia e o Brasil Central, o Território do Guaporé jamais deixará de ser uma terra de trânsito, hoje como no passado. E do esforço de suas interiorizadas e corajosas populações, do sábio estímulo às suas fontes de produção, será possível alcançar um rendimento capaz de lhe oferecer um posto de vanguarda entre as unidades federadas da bacia amazônica.

VII — O ESTADO DO PARÁ

Situado sobre o melhor trecho da maior bacia fluvial do mundo, o Estado do Pará é um típico representante da cultura velha que dominou e empolga ainda os movimentos deste país novo.

Todos os entrecosques que assinalam a paisagem econômica do Pará decorrem da continuação de um estágio social ultrapassado e que insiste em continuar. É a luta de sobrevivência de uma cultura que encerrou seu ciclo. E por ter produzido, a seu tempo, magníficos frutos, persiste em permanecer sobre uma realidade diferente, onde só pode originar o impasse econômico-social

em que vive a rarefeita população da terceira unidade federada do Brasil.

Quatro fatores principais concorreram para a situação atual da antiga província do Grã-Pará:

— O povoamento europeu por indivíduos esmagadoramente de procedência lusa, isto é, originários de um país que, não obstante todos os recursos de uma fértil imaginação conquistadora, não dispunha de coeficiente humano quantitativo para qualquer grande obra de colonização.

— O sistema tributário através dos três aparelhos arrecadadores: o da União, que levava quase tudo, o do Estado, que muito tirava, e o dos municípios, a que pouco restava.

— A insuficiência de transportes numa área virtualmente inconquistada.

— O sistema de crédito na região.

Das quatro linhas, assim dispostas, surgiram os problemas de hoje.

O povoamento luso mal pode arranhar a orla do Atlântico e de algumas calhas fluviais mais importantes, além de ter concorrido para a virtual extinção das numerosas tribos aborígenes, preadas ou trucidadas em massa. O mesmo ocupante europeu instituiu, ao adquirir hábitos sedentários, um regime patriarcal, que ia muito bem com a exploração do indígena domesticado e, posteriormente, do braço africano. A cultura da terra quando feita para atender a imposições do rei de Portugal, era inspirada nos modelos da metrópole. E tinha possibilidades de ampliar-se, não houvessem as condições de rarefação populacional conduzido ao caminho instintivo da economia predatória. A apanha dos produtos da floresta, do solo e da água iniciou, então, o seu ciclo regular no Pará, espelho e exemplo de todas as comunidades amazônicas.

Outro fôsse o sistema tributário — se é que se pode chamar sistema a um amontoado de disposições jamais codificadas — o governo federal não teria arrecadado, tanto, na Amazônia, quando a borracha era o segundo produto nacional, sem deixar vestígios de obras públicas correspondentes. O Estado não concentraria todas as vantagens e melhoramentos na capital. As prefeituras do interior não teriam caído no marasmo, no abandono e na decadência. E os recursos financeiros e humanos não se teriam deslocado na quase totalidade, do interior para a cidade de Belém, congestionando-a, ao mesmo tempo que diminuíam os braços produtores e aumentavam as bocas consumidoras. Por outro lado, a insuficiência de

transportes, a mais difícil das contingências naturais num espaço de 1.216.726 quilômetros quadrados, estrangula a produção, ganglionando os núcleos habitados em compartimentos que o regime de navegação das aquávias chega a tornar estanque. É difícil vencer um complexo tão harmonicamente disposto para obrigar os habitantes a viver do extrativismo florestal, segregados dos conhecimentos mais avançados, ou refugiar-se na capital, às voltas com os fantasmas de um passado morto.

Sobre todo esse panorama perpassa a aragem do crédito. Mas a organização bancária tradicional não avançou também. Os bancos só em prestam nas cidades, a curto prazo e juros altos, ao comércio, quase nunca à indústria de transformação e ainda menos à lavoura e à indústria extrativa. A Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, em seus números de 1947, apenas tangeu levemente a produção do Estado do Pará, certamente por considerar, como expressa no relatório, que o principal estabelecimento de crédito da nação não pode atender a todas as solicitações de empréstimos anti-técnicos, isto é, a longo prazo e juros baixos. Como, no mundo do capital, nenhuma empresa pode subsistir sem financiamento, voltam-se as pretensões para o Banco de Crédito da Borracha. Todavia, este instituto ainda não perdeu a característica de órgão de emergência, criado para vencer uma conjuntura de guerra. E enquanto não se define, de vez, como espinha dorsal de um moderno sistema de irrigação financeira, ficam as populações temendo a seca do crédito às margens dos rios torrenciais.

As conseqüências de uma crise endêmica dêsse modo registrada, são facilmente previsíveis e lamentáveis. A receita anual do Estado vai além de cem milhões de cruzeiros, mas representa a asfixia da produção e não cobre a despesa. Indispensáveis serviços públicos, como água, luz, gás, transportes urbanos, por não melhorados ou criados, atingiram o ponto de saturação, nas necessidades coletivas. O governador Moura Carvalho enfrenta, neste momento, a soma das dificuldades que se foram acumulando ao longo dos anos em que se impunha a introdução de novos métodos econômicos na região.

Analisando, à primeira vista, o conjunto do Estado do Pará como unidade política no continente sulamericano, a crise que atravessa não

encontra explicação. Nenhum Estado do Brasil desfruta de melhor costa sobre o Atlântico do que o Pará. O rio Amazonas o atravessa em toda a sua extensão, perfeitamente navegável, até por navios de grande calado. Conta com posição geopolítica privilegiada, à foz do maior sistema fluvial conhecido, zona de trânsito obrigatório, para todos os países vizinhos, funcionando como coletor econômico do Estado do Amazonas e dos Territórios do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá, assim como das zonas confinantes de Goiás e Mato Grosso. De sua capital, que Antônio Baena considera o centro irradiador cuja história constitui a própria história do Estado, os portugueses lançaram a conquista do vale amazônico e, desde então, é a verdadeira sede dos interesses econômicos, dos avanços culturais, verdadeiro regulador das marés de bonança ou repiques sociais da bacia. Necessário se torna lembrar, então, que o Pará ficou suspenso no tempo, que as gerações mais novas se vêem obrigadas a migrar, acompanhando os abastados das décadas pretéritas — 1889 a 1916 — em que o Estado entrou para as baixas receitas da União com cerca de meio milhão de contos de réis.

No mundo por conquistar da Amazônia, a Estrada de Ferro de Bragança esteio de uma região agricultada por métodos primitivos, encontra-se em estado de destruição. A Estrada de Ferro de Tocantins, virtualmente destruída. As grandes aquárias, o Tapajós, o Tocantins, o Xingú, o Capim outros veios potâmicos permanecem quase intactos em suas possibilidades ecumênicas. Das três zonas agrícolas em que pode ser dividida a extensa região, a do Tocantins perdura utilizando os mesmos métodos primitivos da colônia lusa, a do Baixo Amazonas tem como principal município o de Santarém, com renda anual inferior a dois milhões de cruzeiros, não obstante as virtualidades de uma ecologia benévola, e a Bragançina representa a cultura de uma terra cansada por meios que a colonização, vinda do interior abandonado do Nordeste, conseguiu introduzir. O problema agrícola se oferece ao observador tal como o viu, em 1908, André Goeldi, diretor da Estação Experimental de Agricultura: falta de conhecimento da região, do ponto de vista agrônomo; estado pouco edificante de atraso e pobreza em que vive em geral o colono, pois os lucros da exportação ficam nos intermediários, e

a necessidade de educar o lavrador. A ilha de Marajó, na qual Hart viu apenas o continente seccionado pelos dois braços com que o Amazonas se precipita ao mar, estratifica-se numa incipiente pecuária, arrastada por planícies que mereciam melhor destino.

A população de menos de um milhão de habitantes que o I.B.G.E. encontra no Pará necessita, urgentemente, que os navios do SNAAPP (Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Porto do Pará) sejam substituídos por frotas modernas, que também substituam os velhos "gaolas", pequenos vapores, típicos da região. Precisam de rodovias econômicas, de melhoramentos nas sedes municipais e de assistência total no interior. Da multiplicação das linhas da rede aeroviária amazônica, mantida pela Panair do Brasil e que, mesmo com o complemento de outras empresas, ainda é apenas um serviço suplementar e deve ser ampliada. E necessita, também, de receber o influxo de novas correntes raciais que modifiquem o "melting pot" amazônico, tão necessitado do acréscimo de culturas que lhe dêem o sentido extraviado de conquista da terra.

São muito grandes como se percebe, os problemas da unidade federada mais importante do Vale Amazônico. Mas, justamente, a sua posição como delta econômico cultural da Amazônia fecunda civilizador da planície, regulador do avanço humano sobre o aranhão potâmico do Rio Mar, determinam a sua sobrevivência. Por todas essas razões geopolíticas, a crise vigente do Pará não lhe será fatal. Assinala o fim e o começo de uma era, a transição para um estágio de cultura nova, em que, liberto da economia extrativa, ele seja capaz de ombrear com o desenvolvimento de outras áreas do Brasil.

VIII — O ESTADO DO AMAZONAS

Se o Estado do Pará, como vimos anteriormente, é uma consequência da cultura velha que embaraça os movimentos deste país novo, o Estado do Amazonas é a paráfrase do tema social daquela unidade federada, cujo desenvolvimento através da planície terminaria no impasse de hoje.

Nem poderia deixar de ser assim. O Estado do Amazonas é um nítido prolongamento sócio-

geo-econômico do Estado do Pará. Quando se fundou o Maranhão, por necessidade de consolidar a posição da política colonial portuguesa, que precisava afastar os invasores franceses, o Pará surgiu pouco depois, em 1616 como seu prolongamento natural. A fundação de Belém, sobre o estuário do rio Amazonas, obedecia ao mesmo plano e, daí a dominação da bacia, não decorreu muito tempo. Já vinte e um anos depois, Pedro Teixeira subia até Iquitos, tomava posse da grande corda potâmica para o corôa lusitana e assinava a foz do rio Negro. Pedro da Costa Favela criou a primeira povoação nêsse rio, em 1669, instituindo a aldeia dos Taruncás — de acôrdo com os estudos de Antônio Baena. Nesse mesmo ano, ergueram os lusos a fortaleza do Rio Negro, origem da atual cidade de Manaus para, em 1775, ser criada a Capitania de São José do Rio Negro, em cujas terras assenta o Estado do Amazonas. Reintegrada na área do Grão-Pará, por ocasião da independência do Brasil, em 1850, voltaria a restaurar-se já no caráter de Província do Império. Tôdas essas mutações administrativas não afastaram, todavia, o Amazonas de sua fusão natural com o Pará, fato perceptível a qualquer observador, sobretudo a quem encarar, segundo os ensinamentos geopolíticos, a evolução das áreas amazônicas como uma só unidade econômico-cultural. O Extremo Norte, ou seja a Amazônia, é um daqueles cinco grupos, distantes e quase in-comunicáveis, em que João Ribeiro dividiu o Brasil e que, desde o govêrno colonial até a independência, se desenvolveram separadamente da administração geral. Corroborando êsse distanciamento, que o historiador levava ao ponto de achar a Amazônia ainda fora do Brasil, por extremamente indiática e insulada, as Côrtes portuguesas pretenderam converter a planície num novo Canadá, no momento em que se verificou o desmembramento de nosso país do império lusitano. O exemplo da Inglaterra, quando os Estados Unidos se emanciparam, era estimulante, mas outras razões locais concorriam também. O colonizador português empenhou-se a fundo na conquista da Amazônia. E a teve fechada para o mundo, até mesmo depois de proclamada a independência do Brasil. Sômente na metade do século passado o rio Amazonas foi aberto à navegação dos países amigos. Como, pois, deixaria o Estado de refletir,

em tôda a extensão e profundidade, os movimentos sociais, as diretivas econômicas que predominavam no Estado vizinho, situado como nascente e delta de todo empreendimento civilizador, ao longo da bacia do Mar Doce?

Denotou, desde logo, um notável espírito de autonomia, refletido nas receitas provinciais após a separação administrativa. Êsse espírito local, admirável pelos seus empreendimentos é que ainda muito pode realizar, pela emulação entre os dois grandes Estados-membros da bacia, não venceu, entretanto, as contingências imanentes de um meio cósmico de comportamento quase uniforme. Portanto, as razões que originam as atuais dificuldades do Estado do Amazonas respeitadas algumas peculiaridades, são as mesmas que informam os problemas do Estado do Pará:

Os conquistadores portugueses colocaram a área sob seu domínio, mas não tiveram possibilidade de cultivar as porções agricultáveis em larga escala. Para aumentar o despovoamento, organizaram caçadas e morte em massa da população indígena. O sistema tributário, permitiu ao govêrno central arrecadações elevadas, pouco deixando em obras públicas correspondentes, enquanto o executivo estadual concentrava recursos e vantagens na sede e os municípios viam diminuídas as possibilidades de progresso. Os transportes são precários, antiquados, insuficientes. Não conta o Amazonas com uma só ferrovia nem uma rodovia digna dêsse nome. Com exceção do transporte aéreo as conduções de superfície estão atrasadas de trinta anos. E' preciso compreender a significação da distância na Amazônia, para bem sentir êsse aspecto. Araújo Cavalcanti, autor de "Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco", colocou a questão em seus devidos termos, em considerações recentemente publicadas acêrca dos que desejam resolver as equações amazônicas com remédios alienígenas. O aproveitamento do famoso vale do Tennessee, nos Estados Unidos, reunindo tôdas as vantagens da moderna técnica norteamericana de planejamento e construção, custou 14 bilhões de cruzeiros, isto é, um orçamento anual do Brasil. E o Tennessee pode ser comparado, em extensão e grandeza, ao rio Uraricoerã, formador do rio Branco, afluente do Negro, tributário do Amazonas.

O crédito é uma coisa que, na rigorosa expressão do termo, está ainda por criar no Amazonas. Não existe financiamento regular para as tentativas industriais nem para os custeios de safras. Seis bancos encontrou no Estado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1944. Suas operações de empréstimos quase se limitam ao comércio, sob garantias seguras e a curto prazo. Durante o ano passado, o Banco do Brasil emprestou mais, por sua Carteira Agrícola, ao Território do Acre. O grande financiador é o Banco de Crédito da Borracha, instituição "sui generis", cujo presidente foi homenageado pelas classes conservadoras do Pará por ter obtido junto às autoridades federais o pagamento das contas cativas, da que dependia o fluxo econômico normal ou uma devastadora pororoca sobre a civilização da planície. Somente esta demonstração — que o Sr. Otávio Meira indiscutivelmente merece — indica a necessidade de converter o Banco da Borracha num Banco da Economia Amazônica, com recursos efetivos e não aleatórios, para desempenhar o papel que ali o Banco do Brasil deixou de cumprir.

Vivendo na maior extensão ocupada por uma entidade da Federação brasileira, a população de 416.001 habitantes que o IBGE recenseou no Amazonas em 1940, e que outra contagem indicará ser muito maior, vive e trabalha em mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados. Exceto os moradores da bela cidade de Manaus e das sedes dos municípios mais adiantados, a maior parte dos grupos demográficos está entregue à indústria extrativa, na apanha dos produtos florestais, representados por borracha, castanha, madeiras, sementes, caça e pesca e, mais recentemente, ao cultivo da juta. Existe, também alguma pecuária, em estado de empirismo, e uma agricultura de rendimento local, segundo os métodos vigentes na hileia. Exaustivamente estudados por Océlio de Medeiros em "A margem do planejamento econômico da Amazônia", os índices de produção revelaram, em certos casos, que a área cultivada no Estado do Amazonas é menor do que no Território do Acre. Ainda é uma consequência do estado cultural introduzido pelos conquistadores da bacia, os quais, conforme definidos pelo Barão do Marajó, "no Brasil, como em quase todas as suas riquíssimas colônias, hoje decadentes ou per-

tencentes a outros dominadores, só trataram, estabelecido que foi o seu domínio, de desenvolver o comércio de suas drogas, produtos e mercadorias com a metrópole, que forçosamente engrandecia, enquanto as colônias pequeno desenvolvimento tinham".

Foi talvez considerando o estágio de existência das populações amazônicas, que André Siegfried, o notável sociólogo francês, lembrou ao Brasil que somente a elevação do nível de vida das massas rurais permitirá a um país a criação de uma indústria forte. Como não existe, virtualmente, agricultura no Estado do Amazonas, seus grupos humanos com "melting pot" formado por portugueses, alguns outros europeus, indígenas, descendentes de escravos africanos, levantinos e migrantes do Nordeste, terão de sustentar, por muito tempo, um duro regime de economia predatória, não compreendida em grande parte do país e última alternativa que lhe restou de uma organização colonial incipiente. Situado entre a Venezuela, a Colômbia, o Perú e a Bolívia, na zona internacional da hileia e entre os Territórios do Acre, do Guaporé e do Rio Branco, e os Estados do Pará e de Mato Grosso, o Estado do Amazonas, com uma receita de meia centena de milhões de cruzeiros, servido por grandes rios como o Madeira, o Negro e o Purus, tributários do Amazonas, que o atravessa em toda a sua extensão, ainda é uma terra para pioneiros, como o "Times" acaba de classificar o Brasil. Ainda é uma terra para pioneiros, com o ânimo que Augusto Frederico, em suas conclamações, vem solicitando para as novas gerações do Brasil. Que, com novos contingentes raciais, introduzidos por uma política imigratória enérgica, e não a dirigida pelo Sr. Jorge Latour, seja capaz de erradicar a cultura velha, ultrapassada pelo tempo, trabalhando aqueles rios, aquelas terras, aquelas florestas, pela policultura racional, pela força inaugural de novos empreendimentos, pela criação de riquezas necessárias, suscetíveis de lhe dar os meios de transporte para vencer um mundo de aquavias e distâncias gigantescas.

IX — O CLIMA

O clima tem sido a principal dificuldade para a colonização da Amazônia. Devido às noções divulgadas sobre o clima quente super-úmido reinante na bacia do mais volumoso rio da Terra,

as correntes imigratórias da Europa Central e Meridional evitaram o vale amazônico. Fugindo, também aos rigores do clima nordestino, os grupos estrangeiros procuraram o sul e o sudeste do Brasil. Dessa forma, decorrido um século da abertura do nosso país à imigração regular, a quase totalidade dos cinco milhões de estrangeiros que entraram nesse período, está reproduzida em filhos, hábitos e costumes bastante diversificados dos da Amazônia. A modificação no "tonus" étnico brasileiro, daí decorrente, é, pois, de tamanha importância, que se impõe uma revisão no conceito predominante sobre o clima amazônico. Em trabalho organizado para a Comissão Parlamentar de Imigração Colonização e Naturalização, no ano passado, dizíamos que, se a imigração continuasse a fluir regularmente para o sul, dentro de cinquenta anos estaria irremediavelmente consumada a separação entre o extremo norte e o sul do país. As diferenças culturais promoveriam e antecederiam a separação política.

São mais recentes do que se julga geralmente os pressupostos que condenam quarenta por cento do território nacional como uma terra de clima ardente, perenemente inundada pelos rios torrenciais e por chuvas diluvianas. Assim não pensaram, por certo, os portugueses, os espanhóis, os franceses, os ingleses e os holandeses que se lançaram à conquista da planície amazônica. Não temiam o clima, sobretudo os primeiros, no período de maior desenvolvimento administrativo da colônia. Os desvelos da política colonial emprestaram apreciável impulso à economia amazônica, falando em termos da época — o que levou o governo do Estado do Maranhão a ter sede oficial em São Luiz e residência efetiva do governador em Belém. A impossibilidade de carrear para a planície contingentes humanos em quantidade suficiente — porque nenhum outro povo europeu podia imigrar para o Brasil e a nação portuguesa era reduzida em número de habitantes, — além do morticínio da população indígena, trouxe a Amazônia para o Brasil independente com insignificante total de residentes. Pouco depois, a intensificação da imigração se fazia no sentido das fazendas do sul, que ofereciam condições ecológicas mais parecidas com os países de origem dos adventícios. Coberta pela mais luxuriante vegetação contínua já conhecida, a bacia do Amazonas converteu-se numa terra de lenda. As

expedições organizadas tiveram para o grande público mais o efeito de acentuar os motivos exóticos, nos quais predominava o clima, como fonte de apreensões e aventuras. Com a grande tentativa de ocupação, efetuada pelo "rush" da borracha, ainda era o clima escaldante que aquecia as imaginações de quem morava fora da região amazônica.

A verdade sobre o clima da Amazônia é que ele é perfeitamente suportável, muito uniforme e regular, atestando índices de região temperada em alguns trechos, onde pode alimentar culturas de imigrantes nórdicos. Os cientistas que percorreram a hiléia e autorizados exploradores são quase idênticos nas conclusões a que chegam sobre o clima amazônico. Louis Agassiz, um dos mais conhecidos, afirmou:

"O clima de que gozamos nos causa uma surpresa das mais agradáveis. Eu esperava sempre viver, desde que estivessemos na região amazônica, debaixo de um calor aca-brunhante, ininterrupto, intolerável. Longe disso, as manhãs são frescas; é uma delícia passear de manhã, a pé, ou a cavalo, entre 6 e 8 horas. Se ao meio dia o calor é realmente muito grande, ele diminui para as 4 horas; as tardes são inteiramente agradáveis e a temperatura das noites jámais é incômoda. Quando no correr do dia ela é mais forte, o calor não é sufocante; sempre uma leve brisa sopra docemente".

O que foi suprêsa para o pesquisador suíço não o foi para o Barão de Marajó. Filho da planície, o autor de "As regiões amazônicas" achava, juntamente com Bates, que o calor não era tão opressivo como o do verão em Nova York, "nem como os meses de janeiro, fevereiro e março no Rio de Janeiro, em que o termômetro marca 38° a 39°, nem como julho e agosto em Portugal e Espanha, onde os segadores caem abafados pelo calor, em que mesmo os pássaros caem em seu vôo e em que o termômetro chega a 37° centígrados, como observei em 1857, no mês de agosto". Transcrevia o Barão o espanto de Bates pelo fato de que, "nas proximidades de um estuário como o do Amazonas, em um clima tropical, as doenças não tomam muito largas proporções e de que estrangeiros apesar de uma residência conservam as suas boas côres". Afirmava que, no interior da província do Pará, "as moléstias que mais comuns se apresentam são de origem palustre", e atribuía essa circunstância à péssima esco-

ilha dos locais de habitação de preferência sobre as margens inundáveis dos rios.

Modernamente, o clima amazônico está classificado no tipo A, obedecendo ao sistema organizado pelo cientista austríaco Wladimir Koppen. Publicado pela primeira vez no princípio deste século, está geralmente aceito como a melhor classificação, se bem que já alterado, sujeito à crítica e encarado como um sistema flexível, passível das modificações que se fizeram necessárias. O sistema aludido divide os diversos tipos de clima em cinco grupos, que correspondem a cinco das mais importantes associações vegetais, e assim distribuídos: A — Climas úmidos, tropicais, sem estação fria e com a temperatura média do mês menos quente acima de 18°C; B — climas secos, onde a evaporação é maior do que a precipitação; C — climas úmidos das latitudes médias, com invernos brandos e a temperatura média do mês mais frio entre 3°C e 18°C; D — climas úmidos, das latitudes médias com invernos rigorosos e a temperatura média do mês mais quente acima de 10°C e do mês mais frio abaixo de 3°C; E — climas glaciais das regiões polares, sem estação quente e com a temperatura média do mês mais frio abaixo de 10°C.

Os cinco grupos abrangem onze tipos de clima mais importantes, com várias subdivisões, entre as quais figuram as de tipo A, que compreende florestas tropicais, com tipos de clima constantemente úmido e chuvas do tipo monção e savanas tropicais, com verão úmido, inverno seco. Dentro desse sistema, José Carlos Junqueira Schmidt procurou classificar o clima das áreas em que se reparte a Amazônia. Utilizando-se de diversos símbolos, que deixamos de reproduzir aqui, ele apresenta o clima predominante na Amazônia como pertencente ao grupo A, ou seja, aquele em que a temperatura média do mês menos quente se mantém acima de 18°C, limite abaixo do qual não se podem desenvolver certas plantas tropicais. A região compreendida por esses climas é o domínio da vegetação megatérmica, que exige uma temperatura constantemente alta e chuvas abundantes. Entre os tipos de clima desse grupo, existem dois de maior importância: um caracterizado por chuvas relativamente abundantes em todas as épocas do ano, e o outro, apresentando uma estação seca que prejudica profundamente a vegetação. O primeiro, no qual a altura de chuva do mês mais seco deve atingir

no mínimo 80 milímetros, corresponde ao clima de florestas tropicais. Nesse tipo, tanto a temperatura quanto as chuvas sofrem um mínimo de variação anual e mantem-se num nível algo elevado, ao passo que a amplitude anual das temperaturas médias mensais não ultrapassa 5°C. O segundo, indicando que possui uma estação bem acentuada, que coincide com o inverno e tem pelo menos um mês uma altura de chuva inferior a 60 milímetros, abrange as savanas tropicais. As temperaturas seguem um regime semelhante ao primeiro, sendo que a amplitude das temperaturas médias mensais se mantêm abaixo de 12°C. Acha Junqueira Schmidt que, sendo pequeno o número de estações meteorológicas na bacia amazônica, com um longo período de observações, não se torna possível fazer um estudo minucioso das variedades climáticas. Entretanto, com os dados meteorológicos disponíveis e com auxílio do relevo e da vegetação, estabelece os tipos *Ai*, ou de florestas tropicais; *Am*, forma intermediária (florestas tropicais, apesar de uma estação relativamente secas); *Aw*, clima de savanas; e *Cw*, em que a estação seca coincide com o inverno e a altura da chuva do mês mais seco, tipo de clima encontrado na parte montanhosa das baixas latitudes e nas regiões das latitudes médias onde predominam as chuvas do tipo monção.

São esses os tipos de clima predominantes na bacia amazônica, diz o referido meteorologista. Os climas de floresta tropical e da forma intermediária encontram-se nas partes mais baixas e mais chuvosas da bacia amazônica, assim como nas vertentes expostas aos ventos úmidos vindos do mar. São as regiões da hiléia. O clima das savanas abrange grande parte dos planaltos e suas encostas onde dominam os campos, cerrados e caatingas; e o tipo de clima da parte montanhosa das baixas latitudes é encontrado nas regiões mais elevadas dos planaltos e nas montanhas das baixas latitudes, onde a temperatura média do mês mais frio desce abaixo de 18°C. De modo geral, acentua a mencionada autoridade, o clima amazônico se caracteriza pela constância da temperatura elevada e pela abundância das chuvas, donde a exuberância da vegetação verdadeiramente equatorial que lá se desdobra, formando a maior extensão de floresta fechada existente no mundo. Inexato, acrescenta, seria a conclusão que, tendo em vista essas duas principais características se viesse tirar, mesmo grosso modo, da influência nociva

do clima amazônico sobre o homem. Graças aos ventos alíseos que sopram regularmente das bandas do mar e penetram pelo continente, e à relativamente acentuada queda da temperatura à noite, boas são na Amazônia as condições do meio assim amenizado. Nas regiões das savanas que circundam a vasta planície amazônica — é sua opinião — à conta do regime de chuvas e da boa ventilação, bem melhores são as condições climáticas! O que esse estudo nos permite afirmar é que o clima da Amazônia não oferece maior obstáculo ao desenvolvimento do seu progresso”.

E' a mesma opinião de Paul Le Cointe, ainda externada em seu último livro, em que diz que o clima amazônico, comparado ao de outros países equatoriais, é um dos mais acolhedores para o viajante e o colono nacional ou estrangeiro. Por manifestações de quem o estudou verdadeiramente, o clima da Amazônia permite e justifica um grande empreendimento de valorização, preconizado, devido a isso mesmo, por John B. Bernhard especialista norte-americano em transportes que, convidado pelo governo brasileiro, depois de auscultar as virtualidades da grande planície, declarou, em seu relatório: “— Brasil, Amazônas, Trópicos, Equador — tais palavras há muito evocam ao espírito dos povos a imagem do mormaço dos jangais, pântanos, insetos, répteis, umidade torrida, simplesmente porque a palavra clima tem sido confundida com temperatura”. E depois de condenar como grosseira a divisão da terra em zonas tropical, ártica e antártica e temperada, conclui que o clima do vale amazônico nenhum obstáculo sério oferece ao aproveitamento de seus recursos.

X — A FLORA

Dotada do maior revestimento florístico do mundo, a Amazônia impõe aos seus ocupantes uma economia extrativa dos recursos florestais.

Se “a flora é o espelho do clima”, a economia amazônica é o reflexo da flora. Para as populações civilizadas que procuraram o vale, o primeiro adversário a vencer foi a floresta. Passados três séculos da colonização portuguesa, a cerrada jangal ainda não foi seriamente atingida em suas reservas. Formou um sistema social de cuja observação se conclui que a Amazônia, como unidade geopoliticamente configurada, permanece embrionária, porque o primeiro período de uma cultura

civilizada — o de ataque e coleta dos produtos naturais — ainda não foi ultrapassado. Para que atingisse o estágio de desenvolvimento das comunidades sociais adultas, alguns esforços se tentaram, mas não conseguiram substituir os bens nativos pela produção agrícola e industrial organizada. Se os propósitos fossem atingidos, a floresta desempenharia um papel auxiliar e não principal. Mas a transição não foi possível e, ainda agora, são bem apreciáveis as dificuldades para passar de um a outro estágio. A distribuição vegetal pelas terras da planície entrava as comunicações, cria o insulamento de núcleos demográficos, oferece produtos que independem de cultura, com regime alternado de coleta, como a borracha e a castanha do Pará, conduzindo fatalmente à economia florestal. O aprisionamento das populações amazônicas às disponibilidades da hileia é ainda mais expressivo quando se considera o elevado número de espécies arbóreas, a sua ocorrência em todos os trechos da bacia, mal abrindo espaço para as relativamente pequenas regiões de campos do Rio Branco, do Baixo Amazonas, da ilha do Marajó, da costa atlântica e outras menos significativas.

Para bem compreender o papel da flora no conjunto amazônico, o naturalista Paul Le Cointe propõe que uma descrição sumária, mas geral, deverá ser subdividida em duas seções: a floresta e o campo. Compreende-se a divisão, tendo em conta que, somente no Pará, a floresta representava cinco sextas partes da superfície do Estado, ou sejam, mais ou menos 1.400.000 quilômetros quadrados, não passando a área dos verdadeiros campos de uma sexta parte, ou 223.000, em números que incluem o atual Território do Amapá.

Para quem imaginou as florestas tropicais como são descritas nas histórias romanesças de viagens imaginárias em países desconhecidos, diz Le Cointe, a primeira impressão recebida ao percorrer algumas partes da floresta amazônica, seja viajando, seja explorando qualquer de seus produtos naturais, ou simplesmente seguindo a pista de alguma caça, será, antes, de surpresa, misturada com certa decepção, pois, se ela não tem nada de precisamente sedutor, também nada possui de terrível. Narrando as características da jangal amazônica, diz que é certo que, nos terrenos baixos e úmidos, a vegetação de “sous-bois”, abundante e compacta, a grande quantidade de cipós entrelaçados, a forte proporção de plantas espinhosas

ou de ervas cortantes opõem mil obstáculos à marcha e não permitem à vista alcançar além de alguns passos. Mas, logo que nos afastamos da margem dos rios ou saímos das capoeiras cerradas que, junto dos lugares habitados, têm substituído a floresta primitiva derrubada ou queimada, e quando chegamos às terras do interior ainda virgens, aí a vegetação miúda e baixa quase desaparece, as árvores de todo tamanho, mas em geral não muito grossas relativamente à sua altura, elevam-se direitas, sem emitir logo galhos laterais procurando, antes de tudo, elevar suas copas por entre as dos vizinhos, a fim de receber, também a sua parte de ar e de luz. A seus pés, poucas plantas herbáceas ou rasteiras crescem sobre o solo e entre as inúmeras varinhas dos renovos que se erguem verticalmente e os gigantescos troncos bastante espaçados, não é difícil abrir caminho. Um terçado de lâmina larga, pouco espessa e bem afiada, é suficiente para cortar os importunos cipós. Aqui e ali, acrescenta, alguns veteranos derribados pelas tempestades abriram com sua queda verdadeiras clareiras onde, com a ação vivificante dos raios de sol um entrançado denso de espinheiros e de ervas trepadeiras se desenvolveu rapidamente. Em resumo, a opinião de Le Cointe é que a floresta virgem da Amazônia, se não chega a ser um “inferno verde”, como a batizou Alberto Rangel, é certamente pouco hospitaleira, demasiadamente fechada e plantada com excessiva regularidade para ser grandiosa, monótona na repetição de seus diversos aspectos, asfixiante pela sua atmosfera saturada de unidade quente, inquietante e triste, pela imensidade misteriosa e pela sensação de isolamento que provêm do silêncio e o de limitado alcance da vista na penumbra que tudo envolve.

Assim descrevendo a floresta, o ilustre amazólogo figura os diversos tipos de florestas, de acordo com as diferentes condições de clima e sobretudo do solo. Para isso, aceita a primeira classificação popular da situação dos terrenos, denominados respectivamente “mangais”, “matas de várzea” e “matas de terra firme”, cujas respectivas vegetações características foram descritas pelos botânicos J. Huber e A. Ducke. Os “mangais” são as matas que crescem nas aluviões marítimas da costa atlântica, quase inabitável, lamacenta e sujeita às inundações periódicas das marés, com uma vegetação pouco variada, composta quase exclusivamente de mangues de ci-

rinha, ou de tinteiro, conforme a região árvores de altura média e de folhagem verde-claro uniforme. As “matas de várzea” são as que ocorrem nos terrenos de aluviões fluviais e pertencem a duas espécies bastante distintas, ou seja, as do estuário e as da seção da bacia que corresponde ao Baixo Amazonas. No estuário, aparecem a aninga, o aturá; ihas flutuantes de murué e esparana desizam na correnteza. Palmeiras de várias designações, a seringueira, ucuhuba, surgem com outras espécies elevadas. No Baixo Amazonas, o revestimento vegetal é diverso, com as oeranas, imbaubas, mugubas e várias outras. Cacauais foram plantados nas restingas das várzeas, mas são abaiados por árvores de maior porte, conservadas a título de sombreamento. Quanto às “matas de terra firme”, isto é, aquelas que não são alagadas pelas enchentes fluviais, são as menos conhecidas. Suas zonas têm limites que ainda não podem ser traçados. Na região que se estende ao sul de Belém entre o Tocantins e o Gurupí, no Estado do Pará, a floresta é rica em madeiras de construção. A grande mata amazônica é rica em caucho, castanha e seringa verdadeira (*hevea brasiliensis*), cujo nome científico cabe nesta altura, apesar de estarem sendo omitidos, no presente trabalho, os das demais espécies. Há que considerar, também, a vegetação do “igapó”, matas sujeitas à alagação, por deficiência de escoamento natural das águas. Suas árvores são as mesmas dos terrenos de aluvião, mas algumas lhe são características, como o apuí, o assacu, o louro do igapó.

A vegetação dos campos derrama-se, consoante a classificação do autor de “A Amazônia Brasileira”, sobre os “campos mistos”, inundados somente em parte pelas enchentes periódicas, ou campos firmes, não inundáveis, mas de pouca extensão e junto a campos baixos inundáveis: “campos de várzea”, mais ou menos cobertos pelas águas durante as enchentes anuais; e campos firmes, nunca alagados, de grande extensão. A flora que aí se encontra vai desde as plantas forrageiras, que constituem bom alimento para o gado, até ervas rasteiras venenosas e grandes espécimes vegetais. Procurando os lugares tranquilos e pouco fundos, onde as águas ficam represadas por qualquer motivo, surge também a vegetação aquática, formando sempre um motivo de atração na paisagem contínua.

A J. Sampaio, em trabalho editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, espousa o conceito de J. Huber, de que a família das leguminosas é a mais importante na composição das matas amazônicas e também sob o ponto de vista de utilidade de suas madeiras. Segue-se-lhe a família das palmáceas, com grande número de espécies e numerosas outras famílias têm seus representantes na hiléia. Na impossibilidade de enumerá-las todas, prefere mostrar as plantas úteis, começando pelas seringueiras, a que se seguem, por ordem de importância econômica, a castanheira, o caucho, o cacau, as madeiras, as oleaginosas, timbó, guaraná, cumaru. Além da "hevea brasiliensis" são várias as espécies que dão boa borracha. O Sr. Valentim Bouças calculou em 300 milhões o número de seringueiras produtoras de seringa.

A castanheira, com tendência a gregarismos, constitui acúmulos nas matas de terra firme. De acordo com A. Ducke, os maiores castanhais existem entre o Tocantins e o Xingu, bem como em Santarém, havendo neles muito caucho. O cacau verdadeiro é indígena na Amazônia e também cultivado na região. As palmeiras oferecem diversas utilizações, salientando-se a jarina, utilizada na indústria de botões, o assaí, o babaçu, o buriti, o inajá, o marajá, o patauá. Da andiroba, da oncorinã, do assacú, da castanha de arara, da castanheira do Pará, da copaíba, do cumaru, do louro inhami, do mucajá, do pau rosa, são extraídos óleos empregados em vários mistérios, inclusive na indústria farmacêutica e de perfumes. As madeiras atestam o maior coeficiente de leguminosas, das quais, só no Pará, Ducke acha 550. Destacam-se o acapú, a arariúba, as maçarandubas, probas, freijó, pau-amarelo, pequiá-marfim, ipês, jacarandá etc.

Entre as plantas úteis tem lugar o guaraná, sapindácea indígena da região cultivada nas zonas do rio Maués, Tapajós, Acará, Belém, Itacoatiara, sem esquecer o timbó, utilizado para entorpecer peixes e que contém o inseticida rotenona. Cobrem, ainda, os terrenos da hiléia, muitas outras plantas úteis, especialmente fibras, plantas medicinais, frutas, sementes alimentícias, resinas, breu, cipós, orquídeas e numerosas plantas ornamentais.

Toda essa riqueza florestal representa, todavia, uma forma penosa para a existência dos que

se dedicam à coleta dos recursos vegetais. A dispersão das espécies por extensas e pouco penetráveis superfícies faz que a floresta amazônica deixe de constituir um conjunto explorável de primeira ordem. Eis por que os programas de aceleração de economia do vale do Amazonas devem colocar a mata no sentido em que a viu Araújo Cavalcanti, ao propor a criação do Parque Nacional da Ilha do Maracá, enquadrando no plano do governo do Território do Rio Branco a reserva dessa grande ilha do rio Uraricuera para a reunião de todos os elementos faunísticos e florais que desaparecerão da bacia do rio-mar, com o avanço da técnica e da cultura.

A civilização tem de investir pela planície à custa da floresta, destruindo-a, onde se tornar necessário, amparando e protegendo as espécies melhores, onde assim fôr preciso, substituindo-a por áreas de cultura racional, onde exigirem os imperativos de uma ativa política de colonização. A riquíssima flora amazônica pode ser definitivamente colocada ao serviço do homem, com a disciplinação de sua conquista, com o inteligente aproveitamento de suas inúmeras espécies com a reserva de áreas de cultivo e experimentação.

Em certos lugares, hoje cobertos pela flora primitiva, deverão surgir a agricultura organizada e a indústria de transformação, sem a qual nenhum povo pode atingir alto nível de progresso. Para estar ainda uma vez, de acordo com Paul Le Coite, é evidente que a colonização só pode ser feita com o sacrifício de boa parte das florestas e não há motivos para que nos alarmemos em excesso com os pequenos estragos que já sofreram pelo descuido de seus primeiros desbravadores. Reconhecendo a necessidade de não perder de vista a necessidade de conservar determinado equilíbrio entre a área das terras ocupadas pela floresta e as que serão apropriadas às culturas e às aglomerações urbanas, deve-se considerar, como M. Marrington Moore, acerca da flora amazônica, que a conservação da floresta só tem razão de ser num solo impróprio à agricultura intensiva, já que uma colheita agrícola permite retirar da terra maior rendimento do que uma exploração florestal.

XI — A FAUNA

Como a maioria dos recursos amazônicos, a fauna tem sido encarada como um frio campo

de catalogação científica ou como reserva natural predada pelas populações.

Da ausência de qualquer critério econômico estável, da falta de previsão racional, por parte dos poderes públicos ou da iniciativa particular, têm resultado a devastação e o baixo aproveitamento dos grupos animais da planície. A pesca indiscriminada e a caça sem reservas tendem a extinguir ou fazer rarear as espécies melhores. Entretanto, apesar de sua dispersão e da forma empírica como se integra no complexo econômico da região, a fauna desempenhada e continuará a desempenhar, por muito tempo, um papel que merece consideração no sistema de vida na Amazônia. Não é ainda possível prever, com segurança, dentro de que período a Amazônia alcançará o estágio de integração definitiva no mundo civilizado. Com os recursos tributários exíguos da União, as fracas possibilidades das administrações regionais, a precariedade do esforço das populações e as raras virtualidades ecumênicas de uma área para onde não se dirigem ainda as correntes emigratórias, é possível antever que, dentro de trinta anos, a selva amazônica continuará inconquistada, unicamente atingida pela irradiação dos centros de progresso que fôr possível estimular. Isso dito, com o reconhecimento equilibrado da situação, para evitar desilusões, salvo se outros fatores se apresentarem, a extensa mesopotâmia, mais de metade da superfície absoluta do Brasil, continuará regida pelo mesmo padrão até hoje conhecido. De uma ou de outra maneira, o avanço da civilização não prescindirá do concurso das espécies animais nativas, que servem de alimento aos grupos humanos interiorizados na jangal.

Diversos fatores devem ser levados em conta na enquadração da fauna em um sistema regular de valorização da Amazônia. Em primeiro lugar, a biogeografia do vale está compreendida numa das seis grandes áreas zoogeográficas em que se divide o mundo. A Neotrópica, conforme é denominada, é uma das mais bem definidas. Wallace, que juntamente com Sclater estabeleceu as divisões, define essa região como estendida por toda a América, desde o México, ao sul do Rio Grande do Norte, até ao extremo sul da Terra do Fôgo, ou seja, toda a parte do continente colombiano compreendida entre as latitudes 25° N e 55° S. A região Neotrópica é aceita nessa conformidade por todos os biogeógrafos, que somente discordam

quanto aos limites das sub-regiões e as subdivisões destas em províncias zoológicas, assim como na divisão zoogeográfica da América do Sul. Wallace dividiu a América do Sul em duas sub-regiões, apoiado por Sclater, Trouessart e outros autores mais recentes. Sua tese enuncia que a sub-região Brasiliana pode ser definida como formada por toda a região de matas da América do Sul, incluindo igualmente todas as planícies abertas e os campos cercados pelas florestas ou intimamente associados às mesmas. Sua massa central é constituída pela grande planície florestal do Amazonas, estendendo-se de Parnaíba, na costa norte do Brasil, a Zamora, na província de Loja — distância em linha reta de mais de 2.500 milhas inglesas, quase toda coberta pela floresta equatorial contínua. Sua maior extensão de norte a sul vai da fôz do Orinoco às vertentes orientais dos Andes, perto de La Paz, Bolívia, e um pouco ao norte de Santa Cruz de la Sierra, numa distância de cerca de 1.900 milhas. Dentro desta área de florestas contínuas estão encerrados alguns campos abertos, ou áreas de terras de pastagens, sendo os mais importantes os campos do Alto Rio Branco nos limites sententrionais do Brasil; um trecho no interior da Guiana Inglesa; e outro na margem norte do Amazonas, perto de sua fôz e estendendo-se um pouco pela margem sul até Santarem. Na margem setentrional do Orinoco estão os Llanos ou terras baixas abertas, parcialmente inundadas durante a estação de chuvas; mas muito para o interior da Venezuela a região é coberta de mata. Novamente predomina a floresta, do Panamá a Maracaibo, e mais para o sul, no vale do Madalena e sobre toda a vertente oriental dos Andes, por cerca de 100 milhas ao sul de Guaiacuil. Na costa nordeste do Brasil há uma porção de terra descoberta, com alguns trechos, perto do Ceará, onde não chove durante anos a fio; mas ao sul do cabo de São Roque começam as florestas litorâneas do Brasil, estendendo-se até aos 30° S., cobrindo todos os vales e vertentes das mais altas montanhas e penetrando muito mesmo para o interior, cobrindo os grandes vales internos. A sudoeste, a região de matas, acrescenta Wallace, reaparece no Paraguai e se estende em maciços e regiões em parte cobertas de matas, até alcançar o limite sul da floresta amazônica. Apresenta-se, assim, no interior do Brasil como uma grande ilha-planalto, elevando-se no meio de terras baixas,

cobertas por florestas sempre verdejantes. A sub-região Brasileira compreende toda essa região florestal e as porções descobertas que aí estão incluídas, estendendo-se ainda muito para fora, até onde existe uma vegetação florestal suficiente para sustentar suas formas peculiares de vida, e indo muito além dos trópicos, no Paraguai e no sul do Brasil, conclui o cientista.

Coincidindo quase com os limites dados por Wallace, Troussart fixou a sub-região Brasileira como abrangendo a maior parte da América meridional, a oeste dos Andes e ao norte do Rio Grande do Sul, ou seja, a vasta região coberta de florestas e entrecortada de cursos d'água que Humboldt designou sob o nome de "hiléia": em outros termos, os vales do Orinoco e do Amazonas com os seus afluentes. Várias controvérsias surgiram para marcar os limites da província do distrito amazônico, uma das subdivisões da Neotrópica. Atualmente porém é possível aceitar as propostas por Melo Leitão, que declarou: "A mais vasta das províncias da sub-região Brasileira, a que mais tem seduzido os naturalistas pela exuberância da flora, riqueza dos rios, mistério das gentes, variedade da fauna, é a Hiléia, que abraça toda a bacia do Amazonas e do Tocantins, estendendo-se até a zona dos cocais do Maranhão, o norte de Mato Grosso e alcançando porção não desprezível dos países limítrofes com o Brasil, ao norte e ao oeste. E' a província de limites biológicos mais precisos, com um sem número de formas próprias ou que têm aí seu habitat principal".

A precisão dos limites biológicos também assegura para a Amazônia certas características importantes, como a circunstância de que a fauna seja mais rica em espécies do que em indivíduos e os animais não sejam de grande porte. Todos os grupos animais estão representados na Amazônia em formas próprias e típicas. Nas diversas ordens são encontrados interessantes tipos, como a grande mucura, o morcego pescador, o grande vampiro do Solimões, perigoso até para o homem, a onça, que não ultrapassa de 1,60 centímetros de comprimento e 85 centímetros de altura. As borboletas são inúmeras. Bates diz ter visto 700, em uma hora de passeio pela cidade de Belém, e chegou a reunir 14.000 espécies de insetos em toda a pesquisa pelo vale. A fauna alada é das que mais impõe respeito, no capítulo dos insetos, pois entre os

mosquitos figuramos transmissores das febres palustres. São numerosas e apreciáveis as diversas aves, que vão desde os gaviões a singular cigana. Os ofídios apresentam exemplares imponentes, como a sucuriju, a surucucu. E a maior parte das cobras amazônicas, assevera Le Cointe, que há meio século estuda a província zoológica da Hiléia não é de espécies venenosas. A gibóia, quando jovem e com menos de dois metros, é empregada para limpar o forro das casas da presença de ratos e morcegos.

As singularidades da fauna amazônica têm sido bastante comentadas e mesmo ampliadas. Sir Conan Doyle chegou a colocar répteis voadores pré-históricos nas cumiadas do "plateau" guianense. Nestas considerações, desprezaremos o exótico, o delicado e o extraordinário para encarar a fauna da província zoológica amazônica no conjunto da obra de valorização.

A produção de peles silvestres indica duas perspectivas a seguir: a organização regular da caça e do comércio, e a adoção de condições para intensificação do número de espécies utilizáveis. Não é desprezível a contribuição do mercado de peles silvestres. O Estado do Pará já o teve, em um ano, no terceiro lugar, em sua pauta de exportação. Eram peles de ariranha, caetetu, camaleão, capivara, maracajá, gibóia, jacaré, jacuraru, jacuruxi, lontra, onças, queixada, sucuriju e outros animais. Quando a borracha caiu, deixando de fornecer os elementos de riqueza necessários ao homem amazônico, este se voltou para a exploração de peles silvestres, o que bem indica, em certas regiões, a exuberância da fauna.

Essa mesma exuberância leva à aceitação das coisas em seu estado natural. Assim, com variadas existências ictiológicas, a bacia amazônica não possui uma indústria de pesca aparelhada e Belém do Pará, no estuário do grande rio e próxima ao oceano reclama abastecimento de peixe à sua população. E' um paradoxo amazônico, que encontra adequada expressão no comércio do pirarucu, o singular habitante das águas dos lagos, que é a base da alimentação de pequenos e grandes núcleos demográficos e, entretanto, continua capturado e preparado por métodos primitivos. Dotado de peixes saborosos e nutritivos, a Amazônia deveria vencer pela piscicultura o "handicap" negativo constituído pela exuberância de

espécies em contraste com o número de peixes que não é tão abundante.

A fauna terrestre pode ser observada segundo um ponto de vista de utilização econômica. As diversas qualidades de caça obedeceriam a um princípio seletivo. Assim, a anta, o maior quadrúpede da Hiléia, domesticável quando nova, e outras qualidades de carne apreciada ficariam resguardadas em áreas de produção e desenvolvimento. O Parque Nacional, cuja organização foi proposta na ilha do Maracá, deve ser um exemplo na bacia amazônica. Um dos animais seriamente ameaçados, pela perseguição tenaz do homem necessitado de alimentação — a tartaruga — encontraria, em áreas de reprodução e desenvolvimento reservadas pelo Estado, condições para proliferar e novamente encher as praias amazônicas. As aves comestíveis da floresta, a exemplo da maior parte dos animais sulamericanos, são perfeitamente domesticáveis. Entre este, Paul Le Cointe cita a anta, que segue o dono como um cão. As aves, como o mutum, o jacamim e ainda outras, são facilmente domesticáveis, passando a viver regularmente no terreiro das habitações. Não é raro, diz Le Cointe, ver saltitar, em completa liberdade, nas casas e nos jardins, um gracioso corupião, um japiim, um anu-coroca, um pavãozinho, perfeitamente domesticados, e, no pátio, mutuns, jacamins, porcos e marrecas vivem em plena harmonia com as galinhas e os patos. Os índios criam, do mesmo modo, jacus, cojubis, aracuãs.

Além de tal facilidade da domesticação, a fauna amazônica pode ser aproveitada de maneira mais ampla. As três grandes regiões de campos naturais da província da Hiléia são relativamente pequenas e poucas para tão extenso revestimento florístico. Portanto, é necessário estudar o meio florestal, criando tanto quanto possível, regiões de reserva e multiplicação para posterior emprêgo e distribuição das espécies rendosas em áreas pouco providas ou já totalmente desfalcadas.

XII — AS POPULAÇÕES

A Amazônia é a região menos povoada do Brasil, e, por isso mesmo, reflete melhor os fenômenos de carência humana de que se ressente o país.

Na grande região natural Norte, onde flui o maior volume d'água do rio Amazonas e seus afluentes, abrangendo 41% da superfície absoluta do Brasil, existem apenas 1 milhão e setecentos mil habitantes, segundo as estimativas até 1946, baseadas nos dados do censo geral de 1940. Diversos fatores de ordem política, econômica, administrativa e até mesmo climática, contribuíram para o reduzido contingente de residentes em cada cem quilômetros quadrados. Ao princípio da investida portuguesa, o sentido cosmográfico da expansão colonial lusa não poupou esforços para alcançar o domínio da maior bacia hidrográfica sulamericana, ultrapassando, com o argumento de uma aguerrida presença, os limites do Tratado de Tordesilhas. Como se sabe, caso a monarquia portuguesa desejasse cumprir o estabelecido na célebre convenção, os limites da América lusitana não passariam de Laguna, em Santa Catarina, ao sul, e de Santa Maria de Belém do Grão Pará, ao norte. Mas os imperialistas de Lisboa, com visão avançada do domínio das bacias hidrográficas, não iriam fundar Belém, já no estuário do Amazonas para abandonar o mediterrâneo de água doce aos apetites dos demais europeus que flibustavam suas águas. Pelo contrário, fortificando-a com duas praças de guerra e amparando, mais adiante, com as fortalezas de Macapá e Gurupá, dela se utilizaram para expulsar ingleses, holandeses e franceses, e consolidar a posse do rio-mar. Se grande foi o sonho português, ao se derramar, assim, por tão extensas terras, pequeno, entretanto, era o seu contingente humano. Às voltas com problemas coloniais, em que figurava a necessidade "de se não despovoar o reino", a metrópole e seus agentes multiplicavam energias pelos quatro cantos do globo. Mesmo sob o domínio espanhol, não relaxaram os portugueses o programa de ocupação política e econômica do mundo. Seduzia-os a bacia do Prata — e eram tão numerosos e quicá mais importantes do que os espanhóis em Buenos Aires. Violando, ordens rigorosas de Castela, arrebatavam aos vizinhos da Ibéria as riquezas do Perú e convertiam-se nos mais influentes habitantes de Lima. Era preciso acender os fogos da Santa Inquisição para baixar a força avassaladora dos portugueses na América. Tais movimentos, que o ilustre historiador Jaime Cortesão vem minuciosamente explicando na "Introdução à história das bandeiras",

apresentaram sensível efeito sobre o Brasil em geral e a Amazônia em particular.

Conforme tivemos oportunidade de referir, o reduzido número de habitantes da nação portuguesa, não lhe permitiu ocupar efetivamente os territórios administrados ou colocados sob a suzerania da corôa. Não obstante os esforços dos orientadores da política imperialista, traduzidos em sábias disposições, de que nos dão notícia as "Rulers of India", admiravelmente concebidas, a colônia não pôde ser colonizada.

Assentava o Brasil numa grande extensão territorial, mas ficaria subordinado ao crescimento natural dos grupos humanos que já abrigava, se o rei D. João VI, às vésperas de deixar o Rio de Janeiro, não houvesse aberto as portas à imigração. Dos cinco milhões de alienígenas não portugueses que, a partir dessa data, entraram no país, um milhão e meio retornou à pátria de origem, o que dá, na realidade, apenas três milhões e meio em grande parte hoje mesclados aos descendentes dos lusitanos, índios e negros. Por aí se vê como é relativamente pequena a contribuição imigratória ao desenvolvimento da comunidade brasileira e como praticamente, não começou ainda a verdadeira imigração para o país. Considerando que os estrangeiros, por temer o clima e encontrar melhores possibilidades no leste e no sul, evitaram o nordeste, o norte e o centro-oeste, entende-se a razão mais recente, somada aos fatores históricos responsável pelos desertos da periferia.

Eis por que a Amazônia, em plena metade do século XX, permanece no estágio econômico que conseguiu atingir, graças ao "rush" da borracha, ainda em fins do século passado. Sem o concurso de novas culturas raciais, insulada do resto da República, a planície amazônica forçosamente atestaria nos seus quadros demográficos a pobreza de números e o empirismo das atividades econômicas a que se dedicam. O recenseamento nacional de 1940 registrou 1.462.420 habitantes como total geral verificado no Território do Acre e nos Estados do Pará e Amazonas, nestes dois últimos compreendidas as áreas dos atuais Territórios do Amapá, Rio Branco e Guaporé. De acordo com as declarações formuladas, dêsse número, a maior parte, no Estado do Pará, empregava-se nas atividades domésticas e atividades escolares, seguida dos que se empenhavam na agricultura, pecuária e

silvicultura, com margens relativamente apreciáveis para as indústrias de transformação e comércio de mercadorias; as indústrias extrativas absorviam 60 mil pessoas, os transportes e comunicações, 11 mil, a administração pública, o ensino público e a justiça, 7 mil e quinhentos. No Estado do Amazonas, 68 mil pessoas serviam na agricultura, pecuária, e silvicultura, 46 mil na indústria de transformação, 7 mil no comércio de mercadorias, idem, nos transportes e comunicações, 3.000 na administração, justiça e ensino público e 117 mil nas atividades domésticas e escolares. No Acre, a agricultura, pecuária e silvicultura absorviam 7 mil habitantes de mais de dez anos de idade, 15 mil, estavam na indústria extrativa, 600 empregados na indústria de transformação, 1.200 no comércio de mercadorias, 700 nos transportes e comunicações, 500 na administração, justiça e ensino público e 20 mil nas atividades domésticas e escolares. Para melhor compreensão, foram despresadas as frações, mesmo porque, quase oito anos decorridos, esses números estão sobremodo alterados, principalmente com o novo surto da borracha para a guerra — e servem apenas como base de informação.

Na realidade nua de sua distribuição ao longo da planície, as populações amazônicas podem ser divididas em habitantes das cidades e moradores do interior. A maioria, de raízes mais antigas, procede dos portugueses dos Açores, do Porto, de Mazagão, dos índios que constituíam numerosa população nativa e dos africanos introduzidos para a exploração agro-pecuária. Dos 25 mil negros trazidos durante o período colonial, conforme a assertiva de Antônio Periaassú, somente restavam 20 mil, no momento da Abolição. Os descendentes se diluíram no "melting pot" regional. O que restou, como elementos preponderante, foi o cabloco, nome dado ao mestiço de índio com português. Posteriormente em período bastante próximo, chegaram sírios, italianos e espanhóis, assim como, bem recentemente, os japoneses. Em grande migração interna, forçada pelas secas e impulsionada pelo desejo de fortuna rápida, contingentes nordestinos se foram incorporar ao cadinho racial amazônico. Na divisão das tarefas, esses grupos humanos se repartiram da maneira que os portugueses, espanhóis, italianos e sírios ficaram com as atividades comerciais, bancárias e industriais. Os japoneses iniciaram culturas de pequeno porte

em Maues, Parintins, Tomé-Açu e Monte Alegre, introduzindo, no primeiro daqueles municípios, a cultura da juta. Dos alienígenas, foi assim, o japonês o único que concorreu substancialmente para a modificação dos métodos de exploração da terra na Amazônia. Enquanto isso, o caboclo permaneceu no interior, sem instrução, sem saúde, sem assistência, de qualquer espécie, alimentando-se da caça e da pesca, sustentando precária cultura de quintal e de várzea de rio. As populações das cidades, notadamente Belém e Manaus, e, já agora, Macapá, vivem com o conforto possível numa terra ainda para pioneiros, sendo motivo de satisfação para os moradores da planície o desenvolvimento alcançado pelas duas principais cidades. Com exceção das populações suburbanas, que apresentam os baixos níveis de vida conhecidos em tôdas as zonas não urbanas do Brasil, os residentes nas cidades conduzem um nível de existência que causa inveja ao modestíssimo homem do interior. Este, geralmente sustentando numerosa família, habita as margens dos rios, em rústicas moradas, feitas com paxiuba e jupati, esteios de madeira e cobertas de palhas de ubucu, ubi ou cavaco. Modificando a paisagem, o nordestino planta a sua casa de adobe, com jardim e pequeno roçado em torno. Ambos, o nordestino e o caboclo de origem indígena, fundem-se e compreendem-se muito bem, pois o primeiro serve de guia e daptador ao segundo, no contacto com a floresta e com os novos métodos de vida. Formam o "background" da população do vale. Os hábitos, insulamento, ausência quase total de aproximação com outros grupos raciais, estão criando sério problema, pelo modo como o resto do país crescentemente se diferencia do tipo a que pertencem. Essa é a população que levava João Ribeiro a prever, num possível desmembramento do Brasil, o fulcro do separatismo na Amazônia. Se continuar a diferenciação, dentro em breve será pouco fácil se entenderem as populações amazônicas como parte de um todo na Federação.

A solução adequada seria o encaminhamento de correntes imigratórias para o vale amazônico.?, ao propor, semelhante medida, que sempre chocou os sentimentos nativistas da região, não nos deixamos iludir pelo deslumbramento de quantidades demográficas, porquanto temos bem presente a lição de Giorgio Mortara de que o número

dos componentes representa uma das circunstâncias de que depende a capacidade de ação de um povo, mas, não a única e nem sempre a mais importante. "A extensão, situação e configuração do país, os seus recursos naturais, o próprio clima, são outras circunstâncias de grande relêvo, inerentes ao meio físico; o estado sanitário, intelectual e econômico da população, o nível da técnica produtora, a coesão oficial e nacional são outras circunstâncias referentes ao meio humano, que também contribuem para determinar o que, de maneira vaga e imprecisa, se chama "a força" de um povo, ou, melhor, de uma nação", diz o notável catedrático da Universidade de Milão. Sômente com essa diretriz, a região amazônica sairá do empirismo que marcou os seus homens do interior como precários seringueiros, balateiros, seringalistas, caucheiros, castanheiros, madeireiros, coletores de couro e peles, guaranaseiros, piassaveiros lavradores de mandioca, milho, arroz, cana de açúcar, algodão, cacau, fumo e juta, pescadores fluviais e marítimos, criadores e vaqueiros do Marajó, baixo Amazonas, Rio Branco e Amapá, garimpeiros do Rio Branco. Com o impulso de culturas orientadas por outros processos, a população poderá sair do regime de apanha primitivo para o de produção racional. E, sobretudo, apropriar-se efetivamente do solo.

Quem analisar, como acaba de fazer o economista Evaldo Silva Garcia, os índices de apropriação da terra no Brasil, chega a conclusões que exigem meditação. Em primeiro lugar, o povoamento é o fator a que está relacionado, fundamentalmente, o grau de apropriação da terra. Utilizando os resultados do mencionado estudioso, verifica-se que as zonas norte-oriental, sul-oriental e meridional do Brasil, abrangendo 1.710.180 quilômetros quadrados, superfície algo superior à do Estado do Amazonas, abrigavam três quartos da população total do país e abrangiam 52,83% das áreas apropriadas, isto é ocupadas no território nacional. Enquanto isso, as que denomina de zonas de transição e periféricas, nas quais se inclui a Amazônia, com quatro quintos da superfície total do Brasil, só tem 47,17% das áreas apropriadas. Nas zonas periféricas, 9% das terras não estão no âmbito da propriedade privada e a área disponível é bem menor, porque naqueles números não estão compreendidas as extensões tomadas por cidades, rios, pântanos, lagoas e outras. No Acre,

o índice de apropriação da terra, relativamente elevado, como caso atípico, é de 45,71%, no Pará, é de 7,40% e, no Amazonas, de 4,66%, o mais baixo do Brasil.

As populações amazônicas necessitam do concurso de outros povos para aperfeiçoar o seu padrão de vida e ingressar definitivamente na civilização. Para tanto, é mister que os governos regionais tenham presente às considerações do governador do Estado do Amazonas, Sr. Leopoldo Neves, na mensagem à Assembléia Legislativa referente ao exercício de 1947: "Região de feição característica, onde a vida ainda se processa de maneira tumultuária na aquisição de suas riquezas, ela reclama, por isso mesmo, grande observância no processo de substituição do modo de existência atual quase nômade de suas populações rurais". E, o governo federal considere a experiência contida no testemunho de David E. Lilienthal, o administrador que, depois de orientar os trabalhos da gigantesca recuperação do vale do Tennessee, acentuou que se tratava de uma iniciativa do governo central através de uma administração descentralizada. E que as populações foram convocadas e participam ativamente dos trabalhos e planejamentos, inclusive alterando as deliberações da autarquia com que a União norte-americana se propôs a modificar — e modificou para melhor — o padrão de vida num dos trechos necessitados dos Estados Unidos.

XIII — O SISTEMA ECONÔMICO

Depois de passar por um largo período de cultura agrária, a Amazônia retornou, neste século XX, ao estágio econômico do Descobrimento.

Vários motivos contribuíram para essa volta ao fundo primitivo da cultura do vale. Desde já, é possível reconhecer, entre as circunstâncias negativas assim alinhadas, a pobreza demográfica da região, a falta de contribuição de novos métodos de vida pela introdução de imigrantes, o crescente deslocamento dos centros de interesse econômico-social para o sul do país, a vastidão da área, o seu quase intocado revestimento florístico, a organização municipal, a ausência de crédito e a estagnação da capacidade empreendedora das elites. Além da conseqüente atrofia da agricultura, da senilidade dos meios de transporte do anquilosa-

mento da pecuária e da manifesta incapacidade industrial, surgiu como elemento definidor desse precipitado o avanço de uma civilização que gira sobre rodas. Nem o transporte aéreo prescinde de pneumáticos — e eis a Amazônia, no alvorecer do automóvel, a encher de pneus o mundo e, 30 anos decorridos, convocada para a guerra com a matéria prima de suas seringueiras. Dois impactos, tão fortes, eram de molde a abalar seriamente o arcabouço econômico de uma zona onde a atração da "hevea" desperta chamados atávicos na alma de populações habituadas às generosidades da economia florestal. Sobretudo pela ausência de exploração agro-pecuária ou de empreendimento industrial de transformação que, passado o "rush", atraísse novamente os desviados, repondo a economia em termos de equilíbrio. Não foi o que se verificou. Hoje, encerrada a segunda guerra mundial, a estrutura econômica da Amazônia repousa sobre um artifício. Um artifício econômico — única solução encontrada para contornar a "debacle" do após-guerra — e que em 1951, ou antes, fará sentir os seus efeitos, casos as populações amazônicas não deparem outra forma de exploração econômica acima da borracha.

Neste instante, mais de um milhão de brasileiros concentra suas energias na extração de um produto que custa Cr\$ 7,50 no mercado externo, abundantemente provido e, só por artifício de salvação pública, custa o dôbro no mercado interno. Vale a pena o artifício, sabendo-se que não poderá subsistir, que, em 1950, ano limite para a lei que o instituiu, a situação dos mercados será semelhante e, um dia, terá de ser enfrentada a crua realidade? Valerá, talvez, como panacéia, para evitar, momentaneamente, mal maior. Não é razoável entretanto, que sirva de suporte para empreendimentos regionais, porque é uma falsidade econômica, como falsa é a base de todo o sistema econômico da Amazônia desde que retornou a economia predatória.

Analizando a evolução da Amazônia, como unidade geopolítica não se pode concluir que lhe seja uma fatalidade um destino inevitável, a exploração única dos recursos naturais. Remontando aos primórdios da conquista, veremos que os primeiros europeus a iniciar o aproveitamento das riquezas do grande vale foram os holandeses e os ingleses, que comerciavam com os índios os produtos de sua caça, pesca e agricultura rudi-

mentar. A essa época, os franceses de La Ravardiére, apoiados na base de São Luís, detinham o avanço dos portugueses para noroeste e preparavam com os navios ligava-os aos filibusteiros europeus que por ali andavam como em coisa sua. Pois bem refletia o espírito dos inimigos de Castela, o conceito do rei francês que, a propósito de Tordesilhas, dizia não conhecer a verba testamentária pela qual Adão legava o mundo a Portugal e Espanha.

Expulsos os franceses da França Equinocial, livre o caminho para a bacia hidrográfica cobijada, os portugueses fundaram Santa Maria de Belém do Grão-Pará, arrasaram os fortes e eliminaram os competidores das margens do Amazonas. Interessavam aos lusos as "drogas do sertão" denominação genérica aplicada à canela, cravo, cacau, baunilha, raízes aromáticas. E ouro. Mas a sábia política colonial portuguesa, a exemplo dos holandeses, que haviam iniciado a cultura de cana de açúcar no Xinguá inspirou a plantação de cacau, cana de açúcar, algodão, arroz e café. As lavouras eram apoiadas no braço índio, único de que era possível dispor, o que determinou, como primeira imposição da conquista econômica, a caça às tribos aborígenes, pelas tropas de guerra, pelos pelotões de resgate e mediante o concurso de catequese religiosa. O desenvolvimento se verificou nas condições que o meio e o ambiente histórico permitiam. Já em 1730, ou seja, um século depois, vicejavam 1 milhão e 500 mil cacueiros e, 23 anos mais tarde eram colhidas 4.275 arrobas de café. Em 1800, funcionavam 18 engenhos de açúcar, aguardente e álcool. O vale do Tocantins era a região mais cultivada e a exploração do cacau descia para o baixo Amazonas. Cinquenta anos antes, a necessidade de descentralização administrativa obrigara o governo colonial a instituir a Capitania de São José do Rio Negro, que deixou de atender aos prognósticos dos que tinham preconizado a separação do Grã-Pará. Graças todavia, ao trabalho desenvolvido pelo General Pereira Caldas e, posteriormente, pelo extraordinário administrador colonial que foi Lobo D'Almada, a produção agro-pecuária subiu. Um resenseamento oficial, em 1775, arrolou mais de 12.000 arrôbas de cacau, registrando-se mais de 200.000 pés de café e quase 50 mil de tabaco. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, já naquela época, clas-

sificava entre as principais dificuldades para o cultivo, a falta de braços diligentes e produtivos, indolência e hostilidade dos índios, preferência pela colheita dos produtos naturais, arrogância dos portugueses, assim como ignorância dos melhores métodos a adotar nas culturas. Chegando ao Rio Negro, Lobo D'Almada iniciou a conquista efetiva do Rio Branco, introduzindo os ascendentes do atual rebanho do Rio Branco, incrementou a cultura do anil, suprimindo de arroz, café, algodão, cacau e salsa a unidade sob seu governo, conforme opinião de Araújo e Amazonas, recolhida por Artur César Ferreira Reis, o historiador moderno que maiores subsídios tem oferecido ao conhecimento da Amazônia. Lobo D'Almada foi afastado por intrigas políticas e a capitania entrou em decadência. Mas dois anos antes da partida de D. João VI para Portugal, a produção agrícola ainda atestava índices apreciáveis. Quando foi criada a Província do Amazonas, em 1850, o primeiro presidente, Tenreiro Aranha, teve a visão do que se fazia mister na Amazônia e expressou: A bem da agricultura, tenho feito conceber aos habitantes civilizados e aos indígenas a idéia de que se devem aplicar à cultura não somente dos produtos que antes já cultivavam com tantos proveitos, mas até as do cacau, cravo, goma elástica, guaraná, puxuri, salsaparrilha e outras espécies de muito valor que sendo por enquanto silvestres e com muitos riscos e árduos trabalhos extraídos das matas, podem vir a ser-lhes do maior proveito, se forem cultivados". Ao mesmo tempo, mandou fazer, por conta da fazenda da província, plantações dos gêneros de primeira necessidade.

As culturas na maior floresta fechada do mundo conheceriam, entretanto, a força das necessidades universais de borracha. Apenas na segunda metade do século XIX, a goma elástica entraria com vigor na economia amazônica, se bem que já em 1827 trinta toneladas tivessem sido produzidas, rendendo a quantia de nove contos de réis. O impulso para dentro das matas foi de ordem impressionante, criando a configuração econômica que predomina na Amazônia. Apreciáveis grupos humanos em que concorriam os nordestinos tocados pela seca e pela ambição, da fortuna, se

espalharam pelos rios. Em 1905, a borracha representava o segundo lugar entre os produtos de exportação do Brasil, logo abaixo do café chegando a figurar com 40% do valor da exportação nacional, em 1910. De repente, toda a riqueza sumiu, como por encanto. Porque toda essa soma de interesses não repousava numa estrutura econômica adequada. Enquanto os plantadores do Oriente dispunham de meios de financiamento e de métodos de cultura, os homens da Amazônia apanhavam pura e simplesmente o produto florestal. O luxo e os desperdícios, tornados famosos, assentavam num curioso mecanismo econômico que assim pode ser resumido: o seringueiro era contratado pelo seringalista, de quem todavia não era empregado; apanhava a borracha e entregava ao seringalista que, em troca, lhe facultava crédito em objetos de toda natureza, correspondente ao valor orçado do produto; por sua vez, por conta da borracha, o seringalista obtinha dos "aviadores", em Belém, e Manaus, os objetos, comestíveis e utilidades que fornecia ao seringueiro. Nas duas capitais, os "aviadores" também por sua vez, levantavam compras a crédito dos importadores e atacadistas. Enquanto a produção fluía e era reclamada, o sistema funcionou bem. Quando a produção asiática inundou o mercado e Deus deixou de ser amazônico, o seringalista, cuja prosperidade era medida pela sua capacidade de dever milhares de contos de réis, ficou reduzido à extrema miséria. E, com ele, todos os componentes da cadeia de interesses esfacelada pela desgraça.

Depois da experiência da borracha nativa, os amazônicos voltaram-se para outras modalidades de exploração da terra. Já a essa altura, a organização municipal do Brasil, atribuindo minguadas rendas aos municípios, a forma do exercício do crédito na região, onde não se empresta às atividades agro-pecuárias, a rarefação populacional cada vez mais em contraste com o povoamento das unidades do sul e de leste, na qual, por conseguinte mais se empenhava o governo federal e cresciam as riquezas, a paralisia das elites, tomadas de uma

atitude bostoniana diante das novas exigências de trabalho, o abandono das populações à própria sorte, resultaram na forçada manutenção da indústria extrativa. As tentativas de agricultura da zona da Estrada de Ferro do Bragança, no Pará, somente cansavam as terras e apresentavam uma produção minguada. As regiões de campos naturais, onde cresce o velho gado, pobre e de peso reduzido, não forneceriam elementos suficientes de abastecimento. Belém importa carne verde de Goiás, por via aérea. A incipiente agricultura não chega para as necessidades locais e com todas as dificuldades, vimos o Acre apresentar maior área cultivada do que o Estado do Amazonas. Na hora em que a Amazônia foi convocada para fornecer borracha, aos exércitos americanos a precária economia regional sofreu outro golpe. De acordo com as conclusões do deputado Deodoro de Mendonça, ex-secretário geral do Estado do Pará, e um dos maiores produtores da região do Tocantins, a necessidade urgente de produzir borracha afastou o trabalhador dos castanhais, sem maior proveito, pois, via de regra, dedica metade do ano à borracha e outra metade à castanha.

Todas essas flutuações, marchas e decepções no panorama agrônomo da Amazônia encontram explicação na insistência com que se aferra, tantos anos ultrapassados, à economia florestal. Enquanto depender de produtos de apanha e cotação incerta, a planície banhada pelo mar doce ficará sujeita aos mesmos inconvenientes de agora. Eis porque deve ser reputada de toda necessidade uma revisão no sistema econômico amazônico. No momento em que a Constituição determina ao governo federal a aplicação de três por cento de suas rendas tributárias à valorização da extensa área, onde existem os quatro únicos Territórios continentais brasileiros, é uma tarefa nacional rever as causas fundamentais do desequilíbrio social da área. As deficiências estão apontadas, os remédios devem ser estudados, inclusive, a transformação do Banco da Borracha no estabelecimento

de crédito geral de que sempre necessitou a Amazônia; o fortalecimento das receitas municipais; o aproveitamento das florestas e a introdução da policultura racional; a reorganização dos meios de transporte, inclusive da rede aeroviária amazônica; criação de assistência sanitária e educacional efetiva e introdução de correntes imigratórias apropriadas em áreas previamente escolhidas.

Se fôr possível adotar pelo menos duas dessas providências, de imediato — a irrigação de crédito e a policultura racional — estarão afastados

dois grandes fatores de desequilíbrio do sistema econômico. E, no momento em que a Colômbia, o Equador, o Panamá e a Venezuela fundem seus interesses internos e externos na união aduaneira de uma Nova Granada, o Brasil estará preparado para executar, na principal bacia hidrográfica do continente, a política que um dos homens mais avisados do país, o Sr. Valentim Bouças, prevê ter de ser exercida, muito mais breve do que se possa pensar, através de uma Divisão do Amazonas no Ministério das Relações Exteriores.